



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 088

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 088

82ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 06

Indicações 07

Requerimentos 08

Projetos de Lei 17

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos..... 17

Dep. Edson Strapasson 18

Dep. Ademar Traiano..... 19

Dep. Antonio Belinati 21

Grande Expediente:

Sr. Secretário de Estado da Saúde

Dr. Gilberto Martin 22

Interpeladores:

Dep. Stephanes Júnior 30

Dep. Jocelito Canto..... 30

Dep. Douglas Fabrício 31

Dep. Ney Leprevost.....32

Dep. Marcelo Rangel.....36

Dep. Rosane Ferreira.....37

Dep. Edson Strapasson38

Dep. Luiz Eduardo Cheida39

Dep. Dr. Batista39

Dep. Felipe Lucas.....40

Dep. Professor Lemos41

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....41

Dep. Antonio Belinati.....42

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente43

Discussão/Votação

Redação Final44

2ª Discussão44

1ª Discussão45

Requerimentos46

Encerramento da Sessão47

Transcrição48

DIÁRIO Nº 088

82ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Fernando Scanavaca e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Francisco Bühner, Mário Roque, Miltinho Pupio e Osmar Bertoldi (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Elton Welter, Artagão Júnior e Reni Pereira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM N° 060/09

Curitiba, em 05/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao PROVOPAR Ação Social/PR, do imóvel localizado na rua Saldanha Marinho, 161 e rua Cruz Machado, 50, nesta Capital, registro no Livro 3-G de Transcrição das Transmissões sob n° 25.011, da 1° Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A presente medida consulta aos interesses públicos, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para atividades do PROVOPAR Ação Social/PR.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal cessão terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes e que o referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do estabelecido.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Ar. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao PROVOPAR Ação Social/PR, do imóvel localizado na rua Saldanha Marinho, 161 e rua Cruz Machado, 50, nesta Capital, registrado no Livro 3-G de Transcrição das Transmissões sob n° 25.011, da 1° Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2° O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para atividades do PROVOPAR, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3° a presente cessão de uso terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 061/09

Curitiba, em 05/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Quinta do Sol, dos Lotes n°s 08, com área de 576m2 e 09, com área de 448m2, da Quadra n° 48, com edificação, sob Matrículas n°s 3.601 e 3.602, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

A presente consulta aos interesses públicos, eis que os referidos imóveis serão usados, exclusivamente, para implantação do Centro de Referência de Assistência Social.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tais imóveis ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e que os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Ar. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Quinta do Sol, dos Lotes n°s 08, com área de 576m2 e 09, com área de 448m2, da Quadra n° 48, com edificação, sob Matrículas n°s 3.601 e 3.602, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º Os imóveis em questão, que ficam gravados com cláusula de inalienabilidade, serão usados, exclusivamente, para implantação do Centro de Referência de Assistência Social, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 062/09

Curitiba, em 05/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Altônia, dos Lote n° 07, da Quadra n° 60, com área de 487,50m2, com edificação, em madeira, sob Matrícula n° 1.486, do Registro de Imóveis da Comarca de Altônia.

A presente consulta aos interesses públicos, eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, como Centro de Distribuição de Merenda Escolar.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Ar. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Altônia, do Lote n° 07, da Quadra n° 60, com área de 487,50m2, com edificação em madeira, sob Matrícula n° 1.486, do Registro de Imóveis da Comarca de Altônia.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para implantação do Centro de Distribuição de Merenda Escolar, retornando ao patrimônio do Estado caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 063/09

Curitiba, em 05/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a

efetuar a doação, ao Município de Reserva, do imóvel constituído do Lote n° 01, da Quadra 03, com área de 577,72m2, sem edificação, sob Matrícula n° 5.453, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Reserva.

A presente medida consulta aos interesses públicos, eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para implantação do Museu Municipal.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Ar. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Reserva, do imóvel constituído pelo Lote n° 01, da Quadra 03, com área de 577,72m2, sem edificação, sob Matrícula n° 5.453, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Reserva.

Art. 2º Os imóveis em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para implantação do Museu Municipal, retornando ao patrimônio do Estado caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 064/09

Curitiba, em 05/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município da Lapa, do imóvel constituído por área com 763,50m2, contendo edificação de 242,23m2, sob Transcrição das Transmissões n° 30.920, do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

A presente medida consulta aos interesses públicos, eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para o funcionamento de Unidade de Saúde Pública.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município da Lapa, do imóvel constituído por área com 763,50m², com edificação de 242,23m², sob a Transcrição das Transmissões nº 30.920, do Registro de Imóveis da Comarca de Lapa.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para o funcionamento de Unidade de Saúde Pública, retornando ao patrimônio do Estado caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 065/09

Curitiba, em 05/08/09

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando alterar o anexo II da Lei 15793, de 03/04/08, que modificou disposições da Lei 14678, de 06/04/05, conforme especifica.

Justificando a medida segue, adiante transcrita, justificativa a mim apresentada pelo Instituto de Criminalística, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

“Mudança da exigência da Carteira Nacional de Habilitação da categoria “C” para categoria “B”.

O artigo 143 do Código Nacional de Trânsito estabelece as categorias de veículos, interessando os incisos II e III:

II - Categoria B - condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o motorista;

III - Categoria C - condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;

A Polícia Científica não dispõe de veículos de carga com peso bruto total superior a 3.500kg (três mil e quinhentos quilogramas) em sua frota, tampouco há necessidade de tê-los ou de conduzi-los nas atividades periciais.

É conveniente ressaltar que apenas seis dos candidatos do último concurso público da Polícia Científica possuem habilitação “C”, não havendo nenhum candidato a médico legista habilitado em tal categoria.

“A habilitação na categoria “B” supre completamente as necessidades das atividades desenvolvidas pelo integrantes da carreira da Perícia Oficial do Estado do Paraná.”

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica alterado o anexo II da Lei 15793, de 03/04/08, que modificou disposições da Lei 14678, de 06/04/05, nos termos estabelecidos no anexo único desta lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

ANEXO a que se refere o artigo 1º

CARREIRA: PERÍCIA OFICIAL - CARGO PERITO OFICIAL

Função	Código	Exigências para Ingresso	Classe	Quantidade de Vagas
Médico Legista	POML	Graduação ou graduação e titulação exigida em edital específico de concurso habilitação “B”.	I	40
			II	35
			III	35
			IV	50
Total de Vagas da Função				160

Função	Código	Exigências para Ingresso	Classe	Quantidade de Vagas
Perito Criminal	POPC	Graduação ou graduação e titulação exigida em edital específico de concurso habilitação "B".	I	45
			II	55
			III	80
			IV	120
Total de Vagas da Função				300

Função	Código	Exigências para Ingresso	Classe	Quantidade de Vagas
Químico Legal	POQL	Graduação ou graduação e titulação exigida em edital específico de concurso habilitação "B".	I	6
			II	8
			III	10
			IV	10
Total de Vagas da Função				34

Função	Código	Exigências para Ingresso	Classe	Quantidade de Vagas
Toxicologista	POTL	Graduação ou graduação e titulação exigida em edital específico de concurso habilitação "B".	I	6
			II	8
			III	10
			IV	10
Total de Vagas da Função				34

**CARREIRA: AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL -
CARGO: AGENTE AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL**

Função	Código	Exigências para Ingresso	Classe	Quantidade de Vagas
Auxiliar de Anatomia e Necropsia	POAN	2º Grau Completo ou 2º Grau Completo e Curso Técnico estabelecido em edital específico de concurso; habilitação "B".	I	08
			II	16
			III	24
			IV	32
Total de Vagas da Função				80

Ofícios

Sob o nº CEE/G/064/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando que estaria afastado do País no período de 23 a 26/07/09 em viagem a Assunção/Paraguai, participando da V Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 084/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 004/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC 085/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC 098/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por considerá-lo inconstitucional. **À Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC 102/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 190/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC 104/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 165/09, de autoria do Poder Executivo, por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Constituição e Justiça.**

Sob o n° CEE/CC 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2569, 2570 e 2571/09 da Sra. Maria Cecília Centa do Amaral - Chefe da Casa Civil em exercício, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei n°s 127/09, 437/08, 236/09, 239/09, 242/09, 164/08, 203/09, 218/09, 083/09, 065/09, 069/09, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Ney Leprevost, Jonas Guimarães, Dobrandino da Silva, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Ney Leprevost, Tadeu Veneri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Caíto Quintana e Stephanes Júnior, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CEE/CC 2537/09 da Sra. Maria Cecília Centa do Amaral - Chefe da Casa Civil em exercício, solicitando a restituição dos Projetos de Lei n°s 101/08 e 169/08. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 710/09-GP do Sr. Carlos A. Hoffmann - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando para apreciação desta Casa de Leis, anteprojeto de lei que trata da alteração do artigo 260 da Lei Estadual n° 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 03/08/09.

Senhor Presidente:

Os Deputados que abaixo subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e que com base no artigo 10 e parágrafo 1° do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, formam o bloco parlamentar integrado pelas bancadas do Partido Popular Socialista - PPS - e Partido da Mobilização Nacional - PMN, informam a partir deste mês de agosto a Liderança do Bloco será exercida pelo Deputado Douglas Fabrício (PPS).

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

(aa) DR. BATISTA, MARCELO RANGEL, FELIPE LUCAS e DOUGLAS FABRÍCIO.

Indicações

INDICAÇÃO N° 824/09

SÚMULA:

Sugere a reforma e a ampliação do Posto de Saúde do Distrito Aquidaban do Município de Marialva.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a reforma e a ampliação do Posto de Saúde do Distrito Aquidaban do Município de Marialva.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Marialva.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 825/09

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado de Segurança Pública a disponibilização de uma viatura policial para o Município de Virmond.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e ao Ilmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado de Segurança Pública:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Sra. para expor o que segue:

I - solicita a disponibilização de uma viatura policial para o Município de Virmond.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) Rosane Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A apresentação da presente indicação, visa aumentar a tranquilidade e a segurança da população do Município de Virmond e atender inúmeras solicitações da comunidade.

INDICAÇÃO N° 826/09

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado de Transportes a recuperação da rodovia PR-280, desde o trevo do Horizonte até a Cidade de Clevelândia/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e ao Ilmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot, Secretário do Estado dos Transportes:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - a solicitação da recuperação da rodovia PR-280, desde o trevo do Horizonte até a Cidade de Clevelândia/PR.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) Rosane Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão da grande relevância desta estrada para as comunidades da região.

A PR-280 encontra-se em estado precário, impedindo a locomoção segura e adequada dos veículos que ali transitam. Além disso, esta é uma rodovia de acesso as principais Cidades da Região do Sudoeste do Estado.

INDICAÇÃO Nº 827/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a aquisição de uma nova ambulância para o Município de Alto Paraná.

Ao Sr. Governador, Sr. Secretário de Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio dos seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde que determinem a compra de uma nova ambulância para o Município de Alto Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Seja devido ao crescimento populacional, seja devido ao desenvolvimento natural da região, aumentaram, de modo significativo, os atendimentos na área da Saúde no Município de Alto Paraná.

Nesse sentido, torna-se indispensável à aquisição de uma nova ambulância para esse Município. Com efeito, só essa medida possibilitará o atendimento das ocorrências em Alto Paraná e seus distritos de modo satisfatório.

Certos de contar com o prestimoso apoio do Governo do Estado do Paraná, apresentamos a V. Exas. nossa solicitação.

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 3801**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 227/08, por 05 (cinco) Sessões, item nº 03, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 3700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário e com base no artigo 120, a desanexação dos Projetos de Lei nº 382/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e do Projeto de Lei nº 113/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por tratarem de matérias distintas.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3761

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de Lei nº 382/07 e 113/09, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Antonio Anibelli por tratarem de assuntos divergentes.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3642

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, solicitando dos mesmos a manifestação contrária a homologação do Parecer CNE 013/09, preservando as atividades essenciais das APAEs em todo o País.

As escolas de educação especial e as famílias dos alunos das APAEs não participaram do processo decisório para a emissão do Parecer CNE 013/09.

A inclusão dos alunos com necessidade especial deve ser analisada sem excluir os casos mais complexos.

Qual será o destino dos alunos com maior comprometimento e daqueles totalmente comprometidos? É lamentável o preconceito demonstrado no Parecer CNE 013/09, pois a pretexto de promover a inclusão dos alunos especiais, exclui a discussão com as escolas estaduais de educação especial, as famílias, enfim, a sociedade organizada que há décadas tem nas APAEs a certeza de trabalho sério e competente.

A educação inclusiva desejada por todos é solidária, ética, compartilhada e agregadora.

As escolas de educação especial prestam serviços relevantes à sociedade. Só no Paraná há 300 (trezentas) APAEs e estas instituições merecem a atenção do Ministério da Educação, pois têm trabalho inestimável, sobretudo nas pequenas Cidades do Brasil.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3658

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, que seja convidado o Ilmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Dr. Gilberto Martins, para explanar sobre a gripe A H1N1 nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de desencontro de informações, e do pânico que está gerando na população. O convite tem por objetivo esclarecer a real situação da doença no Estado, bem como, as medidas adotadas para evitar a sua disseminação.

REQUERIMENTO Nº 3740

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER que seja concedida autorização/designação para comparecer à 1ª Reunião de Diretoria da Gestão 2009/2010, promovida pela União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se em Brasília, Distrito Federal, com saída prevista para 09 de agosto do corrente ano e retorno agendado para o dia 10 do mesmo mês e ano.

Requer ainda a consequente dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a duração do evento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 128 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3641

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembleia Legislativa, nos dias 27 e 28 de agosto de 2009, no 1º Encontro dos Educadores do Legislativo - Temática: Simulações Parlamentares, no auditório do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 05 do mês corrente, devido a compromissos inerentes a condição de presidente da Comissão de Saúde, para tratar de assuntos relacionados à gripe A H1N1.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3789

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembleia Legislativa, nos dias 10 e 11 de agosto de 2009, nas atividades de internacionalização do aeroporto de Maringá. No dia 10 (dez) será realizada, às 18 horas, no Gabinete do Prefeito, reunião com autoridades sobre o processo de internacionalização do Aeroporto e no dia 11 de agosto será realizado o primeiro voo internacional de cargas de Maringá, às 14h.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3817

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor vem comunicar que o Deputado Elton Welter está ausente nesta Sessão, desta segunda-feira, dia 10/08/09, em razão de tratamento de saúde, o que pede seja dada ciência aos demais Pares, bem como seja devidamente registrada a presente justificativa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 3765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana da Luz Kober, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3766

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Anália Marim, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Athaliba Vieira Lemes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Nadal, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlos Lirmane, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dirce Terezinha Romão, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Estanislau Lichiski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Isaura Neves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Flávio José Scarpin, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3774

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Euclides César, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José de Deus Borges, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Julia Wilik, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Liria Cordeiro dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lucia Aparecida Cruz Vaz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Sueli Andrade dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria da Luz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3781

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Zelinda Mendes Bueno, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Theodoro Oliveira da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sebastião Pereira da Luz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sebastião dos Santos Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Padre Francisco Soczik, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oridina Machado de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Onofre José dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Masapake Okuse, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3790

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do José Luizão, ocorrido em 31 de julho do corrente na Cidade de Loanda, Paraná.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

No último dia do mês de julho, as Cidades de São Pedro do Paraná e Loanda, despediu-se, com tristeza, do concidadão querido e admirado, o Sr. José Luizão.

José Luizão, como centenas de famílias do Noroeste paulista que deixaram aquela região em busca de melhoria de vida aqui no nosso Noroeste paranaense, ficou suas primeiras raízes no seu sítio São José no então Distrito loandense e hoje pujante Município de São Pedro do Paraná.

No bairro Itambé que sediava sua propriedade, labutou na roça desde 1958 até 1965 quando transferiu sua moradia para Loanda.

O hoje pranteado José Luizão nasceu em 09/05/27 na paulista Pirajuí e aos 20 anos casou-se com sua companheira de todos os momentos, Dona Alice Grion com quem teve os filhos Aparecida Luizão, Danesi, Juraci de Lourdes Luizão, José Valdemir Luizão e Jandira de Fátima Luizão dos Santos que presentearam o casal com 10 netos e sete bisnetos.

Participou ativamente da vida comunitária, desenvolvendo importantes atividades no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Loanda, do qual fez parte da sua diretoria em diversas gestões.

Amante da política, vocação que lhe foi transferida pelo seu pai Vereador, via nas sucessivas eleições da sua filha Jandira, no exercício do seu quinto mandato junto à nobre e egrégia edilidade loandense e também na condução dos destinos do nosso Sindicato Rural de Trabalhadores, a realização dos seus próprios sonhos.

A inserção deste voto de pesar nos Anais desta Casa de Representação Popular do Povo do Paraná é, com toda justiça, prova do carinho deste Poder a todos os que emprestam os seus esforços na consolidação do desenvolvimento do nosso Estado.

Que, desta iniciativa, se dê conhecimento à família enlutada, aos Poderes Executivos de Loanda e São Pedro do Paraná, através de ofícios a serem enviados aos seus

respectivos Prefeitos, os Srs. Álvaro de Freitas Netto e João Batista Fernandes e à valorosa Vereadora Jandira de Fátima Luizão dos Santos, através de ofício a ser encaminhado ao Presidente daquela Casa, o eminente Vereador, Sr. Nilson Wander Spinardi.

REQUERIMENTO N° 3809

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Londreg pelo falecimento da Sra. Palmira Purcote Londreg, ocorrido no dia 09/08/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a Sra. Doliria Strapasson.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 3810

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Mottin pelo falecimento da Sra. Clementina Emilia Cavassin Mottin, ocorrido no dia 06/08/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. Florido Mottin.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 3811

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Raimundo pelo falecimento da Sra. Tarcilia da Costa Raimundo, ocorrido no dia 09/08/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. Euclides Raimundo.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 3763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Procurador de Justiça do Estado do Paraná, Sr. Luiz do Amaral por ter assumido o cargo de Ouvidor Geral do Ministério Público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO N° 3793

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado voto de congratulações, pelo 49° aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de São João, comemorado no 25/07/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Clovis Mateus Cucolotto, Prefeito Municipal, em São João, Paraná.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

São João acaba de completar 49 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que em 1920 chegaram as primeiras famílias, Marcondes, Félix e Vieira Santos, oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atraídas pela madeira em abundância e fertilidade do solo. Viviam da caça e da criação de suínos, trocadas por ferramentas e mantimentos.

Passado alguns anos, em 1925, os pioneiros deram início à construção da estrada até Chopinzinho e em 1936 construída a primeira capela com missa realizada pelo Frei Timóteo de Palmas.

Com o crescimento do povoado passou a ser Distrito do Município de Mangueirinha em 1954. No ano seguinte, com a emancipação política de Chopinzinho, passou a pertencer a este, como Distrito. Em 25/07/60, pela Lei n° 4245, alcançou a emancipação político-administrativa.

Hoje, São João, conduzida pelo Prefeito Clovis Mateus Cucolotto é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. A Administração Municipal sabe, com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis, garantindo a viabilidade do Município que vislumbra horizontes promissores para os próximos anos.

Assim, parabenizamos São João pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO N° 3794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado voto de congratulações, pelo 49° aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Catanduvas, comemorado no dia 25/07/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Aldoir Bernart, DD. Prefeito Municipal, em Catanduvas, Paraná.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 25 de julho é uma data especial para a população de Catanduvas. Afinal, o Município está comemorando 49 anos de realização e sucesso absoluto. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, é oportuno lembrar que a história de Catanduvas começa em 1889, quando o Governo da República estendeu uma linha telegráfica desde Guarapuava até Foz do Iguaçu. Catanduvas teve sua instalação como Distrito em 1902, na ocasião em que a Comissão Militar comandada pelo então General Mariano da Silva Rondon estendeu até aquela localidade um posto intermediário de comunicação.

E foi por causa do telégrafo que Catanduvas entrou para história brasileira. O fato aconteceu em 1924, quando parte dos revolucionários do Movimento Tenentista decidiu ir rumo ao Oeste do Paraná em busca de lugar para ficar. Eles acamparam em torno do telégrafo, onde encontraram também comida farta nas cinco residências que existiam na época. O objetivo era instalar uma nova república. O final da Revolução Tenentista ocorreu quando os revolucionários, após uma conversa com os legalistas, decidem se entregar. A falta de comida contribuiu para a decisão.

Hoje, Catanduvas é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Embora tenha enfrentado todas as dificuldades que uma Cidade enfrenta, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositaram neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para o Município se tornasse pujante.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO N° 3799

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, na pessoa do Cel. QOPM Luiz Rodrigo Larson Carstens, pela comemoração ao 155° Aniversário desta fundação.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3800

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, ao Plenário dessa Casa Legislativa que se digne aprovar o registro nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de

efusivas congratulações à Cooperativa Agroindustrial Copagril, da Cidade de Marechal Cândido Rondon, pela passagem dos 39 anos de fundação, que ocorreu na data de ontem, dia 09 de agosto.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que da decisão seja dada ciência ao Sr. Ricardo Sílvio Chapla, Diretor-Presidente da Cooperativa homenageada, via correspondência a ser remetida, Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Parece que foi ontem mas, lá já se vão 39 anos. O tempo passa rápido quando se tem uma missão a cumprir. E é preciso que se destaque que essa missão está sendo cumprida com zelo e competência pela Cooperativa Agroindustrial Copagril.

Num País de agricultura e pecuária fundamentais para seu desenvolvimento, o papel desempenhado por essa Cooperativa, expandindo suas atividades iniciadas na Cidade oestina de Marechal Cândido Rondon, ultrapassou as expectativas.

Surgida da coragem e determinação de um grupo de agricultores, convencidos de que a união de todos pelo objetivo comum da atividade agropastoril, surtiria melhores efeitos que ações isoladas, sentimento que norteou as demais entidades surgidas no Paraná responsáveis pelo crescimento espantoso que a agricultura e a pecuária experimentaram neste Estado, a Copagril é hoje sinônimo de contínua expansão.

Competência de seus dirigentes, uma marca que se releva desde o seu primeiro Diretor-Presidente, Sr. Alberto Lamb, que a transformaram em importante polo macroeconômico, expandindo sua atuação inclusive adentrando outro Estado, o Mato Grosso do Sul e ampliando as expectativas de produção e renda de milhares de agricultores.

Conquistou o respeito de seus associados e do público consumidor, este não apenas no Brasil mas, igualmente em inúmeros pontos do mundo onde a qualidade de seus produtos redundou em confiança na marca Copagril.

Coincidentemente essa empresa, que se repete, conhecida em inúmeros Países de cinco continentes, surgida num Município que em 1970, quando da implantação do primeiro armazém inflável que deu origem a esse extraordinário complexo agroindustrial de hoje, contava com apenas 10 anos de emancipação; seguindo as pegadas de desenvolvimento da Cidade onde se implantou, é hoje um marco do desenvolvimento do Oeste e do Paraná.

Faz-se portanto merecedora da admiração de todos quantos, reverenciando a importância adquirida no Paraná pelo cooperativismo, veem na Copagril um símbolo marcante desse sistema no Estado e no Brasil.

Aos dirigentes dessa importante empresa que dignifica o Município de Marechal Cândido Rondon e, as 17 localidades para onde se expandiu, Diretor-Presidente, Sr. Ricardo Sílvia Chapla, Vice-Presidente Elói Darci Podkowa e Sr. Márcio Buss, Diretor-Secretário, extensivo a seus milhares de associados e abnegados colaboradores, as saudações deste Poder Legislativo, simbolizando o respeito e admiração do povo do Paraná, com os votos de crescente sucesso.

REQUERIMENTO Nº 3805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de Hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Prudentópolis, pelo transcurso, no próximo dia 12 de agosto de seus 103 anos de emancipação política.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Gilvan Pizzano Agibert, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Prudentópolis que no próximo dia 12/08/09 estará comemorando 103 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 103 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 3737

MOÇÃO DE DESAGRAVO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que a presente subscreve vem a público requerer a aprovação, após a ouvida do douto Plenário, de Moção de Desagravo em favor do Senador Pedro Simon (PMDB/RS), ofendido em suas prerrogativas constitucionais em Sessão Plenária no Senado Federal.

Como é de domínio público, o Senador gaúcho foi personagem de debate no âmbito do Senado Federal na última segunda-feira (03/08/09), ocasião em que se postou a favor da renúncia do Presidente do Senado Federal, José Sarney, ante a situação de crise por que passa esse órgão público. Também é público que o Senador Pedro Simon sempre pautou sua carreira política pelo respeito, lisura e probidade, merecendo inclusive título de Cidadão Honorário concedido pelo Estado do Paraná, através da Lei nº 16013/08, reconhecendo a honradez e a história deste homem público.

Posto isto, e com a convicção de que o Poder Legislativo se mostra como indispensável para que a

Instituição República seja respeitada, bem como para que a democracia possa se ver concretizada, tem-se que agentes políticos que envidam esforços pela construção de um Estado Democrático de Direito, embasado no princípio da moralidade, transparência e eficiência merecem votos de apoio e de destaque. Ainda por fim, seria no mínimo incoerente que esta Casa de Leis, que já aprovou projeto destacando a postura do Senador gaúcho, viesse a se quedar inerte neste momento de crise institucional por que passa o Senado da República.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3802

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de Moção de Apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná à indicação do nome da Dra. Margarete Matos de Carvalho para ocupar vaga de Procuradora Geral do Trabalho.

A presente Moção de Apoio à Dra. Margarete Matos de Carvalho deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido senso de justiça da candidata. A nossa indicada já provou sua capacidade, conforme demonstra seu currículo profissional, exercendo a função de Procuradora do Trabalho no Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador Geral da República.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3814

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a confecção de 20 certificados de Menção Honrosa para personalidades que serão homenageadas na comemoração aos 100 anos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) durante Sessão Solene a realizar-se na Assembleia Legislativa no dia 23/09/09.

Segue anexo a lista de nomes dos homenageados repassados pela direção da instituição para a confecção dos certificados.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação complementa o requerimento encaminhado anteriormente à Mesa Executiva de reserva do Plenário para a realização da Sessão Solene. A homenagem justifica-se pela representatividade e história da instituição em nosso Estado, que ao longo dos anos passou por grandes realizações e se consolidou como um dos mais importantes centros de educação pública de qualidade.

Na oportunidade renovo protestos de estima e consideração.

**Homenageados no Centenário da UTFPR
Assembleia Legislativa**

Reitor e Diretores atuais	
Reitor da UTFPR	Carlos Eduardo Cantarelli
Diretor do Campus Apucarana	Aloysio Gomes de Souza Filho
Diretor do Campus Campo Mourão	Narci Nogueira da Silva
Diretor do Campus Cornélio Procópio	Devanil Antônio Francisco
Diretor do Campus Curitiba	Marcos Flávio de Oliveira Schiefler
Diretor do Campus Dois Vizinhos	Sérgio Miguel Nazário
Diretor do Campus Francisco Beltrão	Paulo Apelles Camboim de Oliveira
Diretor do Campus Londrina	Marcos Massaki Imamura
Diretor do Campus Medianeira	Antônio Luiz Baú
Diretor do Campus Pato Branco	Tangriani Simioni Assmann
Diretor do Campus Ponta Grossa	Luiz Alberto Pilatti
Diretor do Campus Toledo	Carlos Roberto Juchen

Ex-Diretores	Campus	Período
Ricardo Luiz Knesebeck	ETFPR	04/06/66 a 04/06/72
Aramis Demeterco	ETFPR	04/06/72 a 14/07/72
Ivo Mezzadri	ETFPR	14/07/72 a 17/01/84
Ataíde Moacyr Ferraza	CEFET - PR	18/01/84 a 17/01/88
Artur Antônio Bertol	CEFET - PR	28/01/88 a 27/01/92
Ataíde Moacyr Ferraza	CEFET - PR	24/02/92 a 23/02/96
Paulo Agostinho Alessio	CEFET - PR	26/03/96 a 25/03/00
Eden Januário Netto	CEFET - PR UTFPR (ex-Reitor)	26/03/00 a 14/07/08

REQUERIMENTO Nº 3815

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva de equipamentos multimídia e permissão para colocação de banner no plenário conforme programação da Sessão Solene e exposição em comemoração aos 100 anos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) a realizarem-se nos dias 1º e 23 de setembro de 2009.

Pede-se dessa forma:

- reserva do espaço cultural para 01/09/09, às 17h30, para abertura oficial da exposição dos 100 anos da UTFPR;

- reserva do equipamento multimídia para exposição de um vídeo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para o dia 01/09/09 e para o dia 23/09/09;

- permissão para colocação de um banner na parte superior das galerias, no dia da Sessão Solene, 23/09, com metragem de 2,5m de largura por 5m de comprimento, confeccionado pela UTFPR.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação complementa o requerimento encaminhado anteriormente à Mesa Executiva de reserva do plenário para a realização da Sessão Solene. A homenagem justifica-se pela representatividade e história da Instituição em nosso Estado, que ao longo dos anos passou por grandes realizações e se consolidou como um dos mais importantes centros de educação pública de qualidade.

Na oportunidade renovo protestos de estima e consideração.

REQUERIMENTO Nº 3813

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Stênio Jacob, para atendimento a projetos de rede de água e esgoto em bairros do Município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores de Piraí do Sul manifestou preocupação com a pendência de atendimento a projetos de saneamento básico em bairros do Município de competência exclusiva da SANEPAR. A relação de pendências também consta em requerimento protocolado junto à SANEPAR sob nº 056/09.

De acordo com os dados apresentados pela Câmara de Piraí do Sul, o bairro Jardim Manoel Izidoro faz parte do Programa de Obras da SANEPAR e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, mas o projeto ainda encontra-se pendente de realização, o que afeta a qualidade de vida da comunidade. A falta de rede de esgoto em outros bairros do Município também foi apresentada ao Ministério Público Estadual, por meio de uma mobilização de iniciativa popular dos moradores.

Os bairros sem rede de esgoto são: Três Marias; Jardim São Lourenço; Vila Nossa Senhora Aparecida; Vila Santa Terezinha; Jardim Benevenuto Antunes Dalcol; Itiberê; Jardim Primavera; Jardim Fidelis Maciel e Jardim Manoel Izidoro.

Sendo essa solicitação de fundamental importância para a população de Piraí do Sul, reforço a necessidade de uma atenção especial da direção da SANEPAR em dar prioridade aos casos relatados, pensando no bem estar dos moradores.

Na oportunidade renovo protestos de estima e consideração.

REQUERIMENTO Nº 3597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governo do Estado do Paraná, e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde, para que seja disponibilizado o credenciamento junto ao SUS para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental severa na Regional de Saúde de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, envio de correspondência ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando sua interveniência junto à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no sentido que seja realizado o pagamento pela APPA do Imposto sobre Serviços (ISS) junto a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

O pagamento da dívida, que soma quase 20 milhões de reais, trará um alívio para o Município que necessita desses recursos para investir em obras para melhorar a qualidade de vida da população parnanguara.

No mandato de Deputado Estadual da região litorânea e como ex-Prefeito Municipal de Paranaguá por duas gestões, sei da importância de angariar recursos aos cofres municipais e deixando de lado posições político-partidárias, venho fazer essa solicitação.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

REQUERIMENTO Nº 3754

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Tribunal de Contas do Paraná, solicitando que a referida Corte abstenha-se de exarar qualquer medida de orientação, punição e/ou advertência aos entes públicos em virtude dos efeitos gerados da Lei Estadual nº 16109 de 21/05/09, que reconhece o registro do diploma dos professores que concluíram o Programa de Capacitação da Faculdade VIZIVALI, e que encontra-se sub-judice através da ADIN nº 4257 do Supremo Tribunal Federal - STF, enquanto a referida Suprema Corte não se pronunciar definitivamente sobre a legalidade da referida lei estadual.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(aa) RENI PEREIRA

PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 3808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ministro da Saúde do Brasil, José Gomes Temporão, solicitando a investigação sobre o destino da produção e comercialização do antiviral Oseltamivir (nome comercial Tamiflu) em território brasileiro.

A solicitação fundamenta-se na dúvida que ora se tem quanto à possível produção e consequente comercialização do medicamento em mercados internacionais, por força de contratos, privando o Brasil da disponibilidade suficiente da droga.

Pede, ainda, que se estude a possibilidade do Ministério iniciar procedimentos legais que visem a quebra da patente do referido sal para a sua produção em larga escala em nosso País.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, a transcrição da reportagem publicada no jornal Folha de Londrina, no último dia 22 de julho com o seguinte título: “Maracujás Mais Doces em Corumbataí do Sul”.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Ilmo. Sr. Gerson Rodrigues da Cruz, Presidente da APROCOR

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os primeiros homens foram agricultores. Foi o seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim à agricultura. Não é sem razão pois, que ela é tida como indústria mãe.

Quantos não são os grandes nomes célebres da história no terreno das ciências e das artes, que não desdenharam de se entregar ao labor fecundo dos campos.

A agricultura produz a matéria-prima que a indústria consome, razão pela qual uma grande indústria necessita ter a condicioná-la uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência.

Já se foi o tempo em que empirismo reinava. Na época em que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros de antanho.

Hoje, o serviço da agricultura está a ciência e o homem de estudos. Razão pela qual, Corumbataí do Sul tornou-se o maior produtor de Maracujá do Estado graças ao esforço e desempenho da Associação dos Produtores Rurais (APROCOR) através do seu Presidente Gerson Rodrigues da Cruz.

A agricultura é pois, a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 381/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Davi - ASCAD, com sede e foro no Município de Palotina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/08/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa de Davi - ASCAD, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Palotina, tem por finalidade assistir o ser humano qualquer idade, sexo, raça, cor, nacionalidades, profissão, credo religioso ou bandeira partidária em todas as suas necessidades, seja material, física, social, intelectual e cultura desenvolvendo ações comunitárias para garantir o cumprimento dos direitos assegurados às crianças e adolescentes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero esclarecer aos Srs. Deputados que estamos aguardando a presença do Secretário da Saúde, Dr. Gilberto Martin, que ligou que está atrasado. Em virtude da presença do Secretário da Saúde, não teríamos o Pequeno Expediente. Nós iríamos de imediato ao Secretário, para encurtarmos a Sessão.

Vamos ter o Pequeno Expediente.

Pequeno Expediente:

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos, no Pequeno Expediente.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; imprensa aqui presente, servidores da Casa, telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL.

Hoje pela manhã, em reunião na direção estadual da APP - Sindicato, chegou-se à conclusão de que o 30 de agosto, o ato que sempre fazemos em Curitiba, reunindo milhares de professores e funcionários de escolas de todos os Municípios, fazendo aquela caminhada da praça Santos Andrade até o Palácio do Governo, excepcionalmente neste ano, em função da gripe, dos apelos das autoridades da Saúde, porque preocupa bastante também nossos dirigentes de todos os núcleos regionais da APP, a atividade vai ser diferente neste ano. O 30 de agosto cai num domingo, portanto, a atividade vai ser feita no dia 31 de agosto. Não com uma concentração, como sempre fizemos aqui em Curitiba, trazendo de todos os Municípios os professores e funcionários de escolas para o ato público, mas fazendo de forma descentralizada, atendendo o apelo das autoridades sanitárias. Então, faremos no dia 31, aos 30 minutos dos três períodos. E o tempo, após os 30 minutos, faremos atividades relativas ao 30 de agosto em todas as escolas do Paraná, descentralizando, deste modo, a atividade de rememoração do 30 de agosto e também de cobrança das reivindicações que não foram atendidas por parte do Governo do Estado.

Também estamos adiando todas as atividades, como curso de formação, que tínhamos neste final de semana, também está suspenso. Tínhamos conselho, assembleia, também para o mês de agosto, estão suspensas todas as atividades que tinham o objetivo de reunir várias lideranças da Educação. Então, não acontecerão estas atividades coletivas.

Também quero aproveitar este espaço para, mais uma vez, em nome dos servidores públicos do Estado do Paraná, fazer nosso protesto contra o projeto de lei que tramita nesta Assembleia e na Comissão de Finanças, recaiu para o Deputado Professor Lemos, portanto, para mim, a relatoria do projeto, que trata da avaliação de desempenho dos servidores públicos durante o estágio probatório.

Há vários dispositivos neste projeto, que contrariam a Constituição, contrariam ao direito do servidor público e contraria inclusive a legislação que temos aqui no Estado, contrariando o próprio Estatuto dos Servidores Públicos. Portanto, este é um projeto que necessariamente tem que ser retirado. Não concordamos com ele, somos de parecer contrário a esse projeto.

Portanto, fazemos um apelo aqui ao Governo do Paraná, especialmente à Secretária da Administração e Previdência, quem coordenou a construção desse projeto e encaminhou aqui para a Assembleia. Precisamos da retirada urgente desse projeto, e uma reunião com todos os sindicatos para que possamos construir, através de uma comissão paritária entre Governo e sindicatos, uma outra proposta; porque essa proposta, não serve para os servidores públicos, também não serve para o interesse público e portanto precisa ser modificada, não pode prevalecer a proposta que está aqui.

Quero também solicitar do Governo do Estado empenho para que proteja os estudantes secundaristas que estão organizados pela UPES, que tiveram a sua sede atacada agora nesse final de semana, na sexta-feira de madrugada, chegou lá trator, máquinas, derrubaram a sede e passaram por cima inclusive dos trâmites legais. Houve agressão, estudantes foram agredidos, teve um estudante que chegou a perder um dente. Isso é inaceitável, precisamos urgentemente da proteção do Estado e da punição daqueles que passaram por cima de lei, passaram por cima da Justiça e atacaram os nossos estudantes secundaristas do Estado do Paraná. Isso não pode continuar assim, portanto o nosso repúdio a essa empresa que atacou os estudantes, e o nosso pedido urgente à Secretaria da Segurança Pública, que proteja os nossos estudantes e devolva a eles o espaço que sempre foi deles desde 1950.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje à tarde teremos a oportunidade, sem dúvida, de debater e saber em profundidade as informações oficiais do Governo no tocante à forma com que o Governo do Estado do Paraná está conduzindo a prevenção para a gripe A. O Estado do Paraná, sem dúvida, é um Estado onde o vírus se propagou de forma intensa, criando de um lado uma preocupação muito grande por parte da população, e por outro lado, em função até desse período anterior que tivemos com mais de 15 dias com tempo frio e chuva, Deputado Belinati, creio que a nossa região de Curitiba, Região Metropolitana, que concentra aí uma população de 1/3 da população do Estado do Paraná, é sem dúvida a região do Paraná que sofreu o maior número de incidências, sendo claramente em função da concentração da população e da parte urbana.

Mas, sem dúvida, por mais que tivemos mais de 25 mortes ocorridas na Região Metropolitana e Curitiba, tenho certeza que ela representa pouco perante o impacto que aquele vírus, que não tem nenhuma nomenclatura, nem com nome de animais, é a questão, Deputada Rosane, que comentávamos há pouco, estamos infelizmente, hoje, nesse final de semana, com números trágicos de mais de 40 homicídios na grande Curitiba.

Cabe à esta Casa, não somente discutir a gravidade e a forma que deveremos nos organizar para a questão de Saúde da gripe A, mas também trazemos aqui a presença do Estado do Paraná, com as instituições das Polícias Civil e Militar, Secretaria da Segurança e, através da Comissão de Segurança, fazer um debate desses números. Temos aí pessoas jovens que estão morrendo, segundo informações da imprensa, vítimas do crime organizado, do tráfico de drogas. É evidente que precisamos saber números claros e conhecer de que forma o Governo do Estado do Paraná está se organizando para enfrentar a questão da violência urbana, que deixa vítimas de todas as idades. O traficante sai correndo na rua perseguindo a vítima até dentro da sua casa, como ocorreu neste final de semana. Precisamos colocar esses dados e dizer que temos aqui a região mais violenta do Estado do Paraná, se formos analisar por Município, como Colombo, São José dos Pinhais, e quem sabe Pinhais também.

Cabe a nós, Deputados, cobrarmos do Governo uma ação efetiva; cobrarmos também do Governo que haja recuperação. Visitei, recentemente, uma delegacia em Colombo, no Alto Maracanã, e fiquei transtornado de ver a forma desumana como são tratados os presos. Num local que se comporta cinco, seis pessoas, ter mais de 60 pessoas! Não podemos julgar, mas é possível termos condenador cumprindo pena numa delegacia com capacidade três vezes menor do que a realidade que vemos hoje.

Devemos ter a necessidade absoluta de questionar, de saber como está sendo conduzido, porque não é possível aceitarmos centenas de pessoas morrendo e a justificativa de que são vítimas da droga e do crime organizado. Vamos encaminhar o expediente nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna na tarde de hoje, para enfocar um tema que é altamente preocupante. Começo a minha fala dizendo: o Paraná está com medo! Primeiro, porque já se propagou nesse Estado este surto da gripe suína que ameaça, que está estarecendo a todos os cidadãos paranaenses. Já há um movimento muito forte por parte do serviço de vigilância do Estado, dos Municípios, ações que estão acontecendo e que, com certeza, haverão de estancar muito em breve esse problema, e quem sabe poderá reinar a tranquilidade neste Estado.

O Paraná está com medo, também, por outra razão, Deputado Elio Rusch. O Paraná está com medo porque não tem mais tranquilidade. O cidadão paranaense, curitibano e do interior do Paraná vive, hoje, uma situação de verdadeira inquietude. Não tem mais sossego. O empresário vai ao banco, saca dinheiro, é assaltado, é morto em plena luz do dia. Pessoas sendo assaltadas a mão armada em toda Capital curitibana, todos os dias. Nas delegacias do interior é uma verdadeira vergonha. Falta gasolina, faltam policiais, faltam escrivães, enfim, instalou-se o caos na área de Segurança, aqui no Paraná.

Não é por menos que 68% da população paranaense pesquisada, coloca como a grande preocupação neste Estado a Segurança, porque a inquietude está reinando, permeando, perseguindo todos os cidadãos deste Estado. E não há nenhuma ação por parte do Governo no sentido de encontrar solução ou estancar esse problema. Pelo contrário, a cada dia que passa, muito maior é o problema. Cada vez se agrava mais o problema e estamos diante de um quadro caótico de medo, de terror, onde os marginais estão comandando o Estado e afrontando até as autoridades na área de Segurança. V. Exa., Deputado, acabou de me falar e, com certeza, vai abordar o tema e que marginais invadiram uma delegacia de uma Cidade do interior enfrentando os policiais.

E eu venho aqui nesta tribuna, também, para trazer uma denúncia que não é do Deputado Traiano que faz, mas sim um veículo de comunicação influente da minha região, da Cidade de Pato Branco, um dos jornais mais bem conceituados do Sudoeste do Paraná, que é o Diário do Sudoeste, e a sua manchete diz: “Sem policiais delegacias da região fecham as portas para atendimento.”

Aqui está a demonstração do caos instalado na Secretaria da Segurança. O nosso Secretário anda pelo Paraná pregando inverdades, demonstrando que o Estado não tem problemas e reina a tranquilidade aqui neste Estado. O que não é verdade.

Olha o que diz o jornalista. Fatos relatados pela própria Polícia, pelas autoridades de um Município. Deputado Zucchi não está aqui, mas se refere a sua Cidade de Itapejara do Oeste: “Sem policiais delegacias da região deixam de funcionar.” Vou mais além, na matéria diz o seguinte, Srs. Deputados: “Sem policiais, destacamento da Polícia Militar com baixo efetivo, Instituto Médico Legal sem funcionários e motoristas. Esse é o retrato da Polícia Civil no Sudoeste do Paraná.”

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

“Realidade que se estende à boa parte das Cidades do interior. Um exemplo claro desse problema, que já beira ao descaso do Poder Público, é observado na delegacia da Cidade de Itapejara do Oeste, distante 40 quilômetros de Pato Branco. A delegacia não está deserta porque dois funcionários emprestados pela Prefeitura Municipal, ocupam espaços vazios realizando pequenos trabalhos administrativos. No local, nada de policiais, nenhum investigador, escrivão, muito menos e nem delegado existe. A carceragem, pelo menos está vazia. As celas tomadas por teias de aranha nas janelas servem agora de depósito. Um antigo giroflex, jogado em um canto, revela que lá já, algum dia, passou um policial, mas, segundo o funcionário que trabalha no local isso faz muito tempo. Olha, delegado mesmo, de verdade, faz muito tempo”.

Não vou me ater a toda matéria porque é muito extensa, mas traz no seu bojo, essa matéria, a foto da delegacia de Itapejara do Oeste coberta pelo mato. O que é realmente uma verdadeira vergonha neste Estado. Assistia ontem o programa Revista RPC, na RPC, na noite que trazia como informação: “Vinte e uma mortes oficiais apenas em um final de semana em Curitiba”. Imaginem aquilo que não é oficial que acontece no anonimato! Portanto este Estado está vivendo um momento caótico, desesperador e com certeza, um Estado sem comando na área da Segurança. É chegado o momento de começarmos a levantar as nossas vozes, em defesa da sociedade paranaense e fazer com que o Governo acorde, mude o Secretário, se for necessário. Não entendo por que um Secretário da Segurança, Promotor de Justiça com cargo vitalício, abre mão do seu cargo vitalício para ficar como Secretário da Segurança e não age! O que tem de bom nessa Secretaria para abrir mão do seu cargo de Promotor Público e permanecer como Secretário? O que será que existe de bom nessa Secretaria? Parece-me que os interesses são muito maiores do que aquilo que o paranaense está esperando do seu Secretário, neste momento.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Lino Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Ademar Traiano, ouço o seu pronunciamento com muita atenção e queria dizer que aquilo que V. Exa. sente no Sudoeste do Estado, nós sentimos no Oeste, e com toda a certeza os Parlamentares do Noroeste sentem a mesma dificuldade. Se formos ao Centro, tenho a certeza, e o Deputado Douglas Fabrício, por inúmeras vezes, já tem levantado essa questão da Segurança Pública.

Mas, queria fazer dois registros: primeiro, pelo que soubemos houve um concurso para a Polícia Científica. O concurso existiu, existiram os aprovados, mas eles não foram convocados para assumirem os seus postos, E a mesma coisa aconteceu também na Polícia Civil: houve o concurso, os aprovados, mas não foram convocados para o trabalho. Agora, veja, a que ponto chegamos no Estado do Paraná: para mim, e me dá o direito de pensar dessa forma, isso é uma afronta à sociedade.

Quando o Secretário da Segurança Pública fala que a questão da Segurança é uma invenção da imprensa no Estado do Paraná, vejam o que aconteceu na Cidade de Loanda, a imprensa noticiou semana passada: os assaltantes foram à delegacia e assaltaram a delegacia, jogaram fogo no corpo de uma agente e lá roubaram, furtaram 12 armas e a viatura da polícia. Quer dizer, veja aonde chegamos, Deputado Ademar Traiano! Quer dizer, os marginais afrontam a própria Segurança no Estado do Paraná ao ponto de assaltar uma delegacia, não para soltar presos, não para fazer outra coisa a não ser para mostrar: olha, estamos aqui e roubamos as armas e a viatura da própria delegacia. Isso é uma afronta a quem?

É uma afronta à sociedade do Paraná. É por essa razão que espero que o Governo do Estado, Roberto Requião, que já foi Secretário da Segurança Pública em 2003, quando ele se elegeu Governador em 2002, ele disse que acumularia a função e o cargo de Secretário, porque era preciso resolver a questão da Segurança Pública, no Estado do Paraná. Chegamos lamentavelmente nesse ponto - após esse episódio, de Loanda e tantos outros que são registrados, aqui, na Assembleia Legislativa. Aquilo que quando se liga a televisão na tela aparece, quando se abrem as páginas dos jornais aparecem os furtos, as barbaridades e os crimes no Estado do Paraná.

Espero que o Governo do Estado possa, definitivamente, aumentar e convocar o quadro da Polícia Militar. Que nós, aqui, na Assembleia Legislativa, tenhamos ao menos a coragem de aprovar um requerimento, quando quisermos pedir os pedidos de informações, o que existe na Segurança Pública do nosso Estado.

Aquilo que V. Exa. sente no Sudoeste, que acabou de ler no jornal, se poderia ler aqui no jornal de Cascavel ou qualquer jornal no Estado do Paraná. Com toda a certeza, o mesmo fato se registra nos quatro cantos do nosso Estado.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Espero que o Governo do Estado tome as medidas cabíveis, para ao menos amenizar e trazer a tranquilidade, para a sociedade do nosso Estado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Elio Rusch, V. exa. está coberto de razão nas suas colocações, que realmente expressam a verdade do que está acontecendo neste Estado.

O fato de não aprovarmos aqui um requerimento, solicitando informações junto ao Secretário da Segurança, parece estar colocando uma cortina de fumaça ou colocando embaixo do tapete as informações, que os paranaenses precisam saber. Porque é impossível não aceitarmos a aprovação de um requerimento, quando as oposições querem mostrar ao Estado, o que está acontecendo. Estamos vivendo um momento totalmente atípico e diferente. Temos o mesmo contingente de policiais, que tínhamos há 20 anos atrás. Houve sim contratações, mas para substituir aposentadorias de policiais. Isto não é suficiente, para dar o atendimento necessário, que o paranaense precisa. Está inserido na Constituição do Estado e Federal, que é dever e responsabilidade do Estado zelar pela segurança da família brasileira, paranaense. Mas, lamentavelmente o que percebo é que rasgam a Constituição, apenas com a premissa de vender inverdades, do que não está acontecendo neste Estado.

Precisamos tomar providências. Não podemos mais compactuar e conviver com isso. O Deputado Strapasson, acabou de fazer um pronunciamento, que a sua Cidade também vive um problema muito sério com a marginalidade. Sabemos, acompanhamos, lemos os jornais e conhecemos os índices de criminalidade, que a sua Cidade vive todos os dias, praticamente. O Governo tem que agir, atacar e estancar esta criminalidade, abrupta, que está acontecendo neste Estado.

Não podemos permitir que os Prefeitos tenham que pagar a gasolina, combustível, para que as viaturas da Polícia do interior possam transitar. Aí, Srs. Deputados, abaixa a valorização dos profissionais, dos policiais. Fazem com que eles caminhem para outros rumos, muitas vezes até se rendendo aos interesses dos marginais. Porque os seus salários não são compensadores, para enfrentar os criminosos deste Estado. Aí tem que agir e estar o Estado presente, para dar a proteção a nossa sociedade.

Encerro o meu pronunciamento trazendo, aqui, está que é a grande preocupação não só do Sudoeste. Temos uma luta no Sudoeste, para construirmos um Batalhão da Polícia Militar, em Francisco Beltrão, com isso, melhorando o contingente de policial. Mas, o Governo fecha os olhos e não enxerga, procura não olhar os interesses do estado como um todo. Tenho já a consciência e a leitura, que para esse Batalhão de Francisco Beltrão, até a rubrica orçamentária já aconteceu no passado. Mas, jogaram os recursos para outras áreas, porque talvez a Segurança não seja o interesse maior e talvez ela não possa gerar dividendos políticos para o Governo, e por esta razão deixa na vala comum o interesse maior que é zelar pela segurança dos paranaenses.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequenos Expediente, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus, Deputado Scanavaca, Deputado Nishimori, registramos a posse da nova diretoria da União Paranaense dos Estudantes, que será comandada pelo Paulo Moreira da Rosa Júnior. A posse seria hoje, mas foi transferida para segunda-feira. É um grande líder o Paulo, e com certeza vai fortalecer o movimento estudantil em nosso Estado.

O sentimento, nobres Pares, pelo falecimento do grande jornalista João Milanez, fundador da Folha de Londrina e que participou ativamente de grandes movimentos que impulsionaram o progresso de Londrina e todo o Norte do Paraná.

João Milanez, inclusive, Deputado Cheida, chegou em determinado momento a construir, sem nenhuma ajuda do Governo, uma vila de casas, de moradias para os funcionários da Folha de Londrina.

Eu tive o privilégio de ser amigo do João Milanez, que faleceu aos 85 anos. É uma grande perda para o jornalismo e para os grandes movimentos que sacudiram e que contribuíram para o desenvolvimento da nossa região.

Recebo e-mail do Jurandir, que mora em Matinhos - sempre que posso lhe mando e-mail pedindo informação - e estou indignado em saber que nosso Governador Roberto Requião, para o qual votei, tenha nos esquecido, principalmente os aposentados do Estado.

Alô, Governador Roberto Requião, ano que vem tem eleição, o senhor vai precisar do voto, os aposentados do Estado não estão nada satisfeitos com a pequena aposentadoria que o Requião está pagando no Estado.

Leonardo Vilella Pinheiro, ele fala aqui a respeito do Prefeito Barbosa Neto, e o Leonardo, muito inteligente, sugere a construção de um posto de saúde no jardim São Jorge, bairro que implantei como Prefeito, onde moram milhares de famílias de baixo poder aquisitivo, e o Leonardo tem razão de reivindicar. Um posto de saúde será muito importante para a população do jardim São Jorge.

Idelmar Machado Ferreira: *Caro Deputado Belinati, fico muito contente com o seu interesse pela causa de equiparação de nível e classe que os professores do Paraná estão reivindicando. Precisamos desse reconhecimento em nossa carreira e também por aqueles que vão ingressar nela. Acredito que o senhor, assim como outros Deputados que já retornaram os e-mails, levarão esta luta até o fim.*

Tenho certeza, mestre Idelmar Machado Ferreira, daremos todo apoio aos professores do Paraná.

Temos e-mail de Araújo Nunes Mello: Ele fala sobre o projeto que apresentamos, tornando obrigatória a instalação de equipamentos para fornecimento de álcool gel em todos os prédios públicos e privados no Paraná para evitar a Gripe Suína e evitar até outras doenças, não é só por ocasião da Gripe Suína. O nosso projeto determina que, em caráter permanente, em todos os prédios públicos e privados do Paraná, tenha esse equipamento com álcool gel. Araújo Nunes apoiando o projeto.

A grande médica, conceituada Dra. Carolina Araújo Nunes Mello: *Prezado Deputado Belinati, logo se percebe que o senhor é um Parlamentar diferenciado. Que bom saber que ainda existem bons políticos que refletem os reais problemas dos cidadãos que os elegeram. Todos os políticos deveriam ser assim. Quem sabe um dia. Quanto aos problemas na área da Saúde, o melhor mesmo é que sejam tomadas medidas preventivas como essa. É o nosso projeto tornando obrigatória a instalação de equipamento com álcool gel.*

Então, ela diz aqui: *É bom tomar medidas preventivas como essa, assim evita-se onerar os cofres públicos e também com consequências futuras, educa-se a população com bons hábitos como o de lavar as mãos, o que previne não só a gripe, como diversas outras doenças como parasitoses, escabioses, etc., todas de grandes custos públicos com medicamentos, consultas e às vezes até com exames que poderiam ser desnecessários. Como médica vivenciei tais situações em postos nos quais trabalhei e sempre pensava em como seria mais fácil e mais barato a prevenção.*

No mais, obrigada.

Dra. Carolina, médica competente, muito obrigado pela manifestação sobre o nosso projeto. Voltaremos a falar da senhora e do e-mail também. É uma médica de extraordinário valor profissional, que muito pode contribuir.

Para terminar, Sr. Presidente, uma saudação especial ao Dr. Gilberto Martin, nosso vizinho de Cambé, Londrina, e a toda equipe da Secretaria da Saúde, pela exposição que será feita hoje aqui sobre este problema que está aterrorizando, a Gripe Suína. E a nossa crítica aos exploradores do povo, que jogaram o preço do álcool gel lá nas alturas, mostrando que são aproveitadores da desgraça alheia. É só acontecer uma epidemia que elevam o preço daquilo que é tão fundamental para a saúde o povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero agradecer aos Srs. Deputados que haviam feito as suas inscrições para o Pequeno e Grande Expedientes e no Horário das Lideranças, mas conforme havíamos acordado, a partir do momento que tivéssemos a presença do Secretário da Saúde, teríamos aqui a Sessão exclusivamente para este tema que é extremamente importante.

É importante que se diga também que havíamos marcado já com antecedência, além do pedido da Deputada Rosane Ferreira, tínhamos agendado também Audiência Pública para tratarmos do assunto que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós adiamos essa Audiência, *sine die*, porque achamos que no momento é mais crucial que discutamos o tema como é esse da gripe H1N1.

Por essa razão quero agradecer ao Secretário Gilberto Martin em atender o nosso pedido, pedido de todos os Deputados que aqui fizeram, usaram da tribuna, pediram a presença do Secretário e ele, prontamente, vem aqui hoje expor este tema tão importante e também responder às eventuais perguntas que os Srs. Parlamentares queiram fazer ao Secretário.

Portanto, sem maiores delongas, com a palavra o Secretário Gilberto Martin.

Secretário Gilberto Martin

O SR. GILBERTO MARTIN

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar quero manifestar a satisfação de estar aqui nesta Casa que, sem sombra de dúvida, é a principal caixa de ressonância do nosso Estado, da opinião pública da população, e espero que possamos, juntamente com a minha equipe que está aqui presente, prestar todas as informações que seja necessárias em relação a esse problema de importância capital nos dias de hoje, na Saúde Pública do Estado, que é o enfrentamento desta pandemia que hoje se alastra por todos os Continentes do mundo, que atinge o nosso País, o nosso Estado e que, sem sombra de dúvida, é motivo de preocupação de todos nós. Tenho certeza, pelas manifestações todas que os senhores já apresentaram, é um motivo de grande preocupação e tem sido motivo de discussão e debate nesta Casa.

Com certeza as discussões que os senhores têm feito aqui, e as discussões que vamos fazer hoje, vão nos ajudar, vai ser bastante importante para que possamos dar continuidade ao enfrentamento deste problema.

Aliás, Sr. Presidente, gostaria de iniciar dizendo que uma coisa que vai ser fundamental no enfrentamento desse problema, cujas dimensões vamos apresentar aqui, uma coisa fundamental é que as autoridades, as lideranças deste Estado, que possamos ter uma compreensão única do problema, que possamos ter um enfrentamento, se possível, numa linguagem única desse problema, que as diferenças de entendimento de qual o melhor encaminhamento e quais as melhores decisões, que possamos discuti-las preferencialmente no âmbito da discussão técnica e obviamente da discussão político-administrativa. Mas que possamos sempre, junto à opinião pública, manifestar uma posição, a mais homogênea possível, para que a população possa ter a compreensão do problema, para que haja o mínimo de diversidade entre as opiniões, já que isso pode, muitas vezes, significar o risco de mais confundir a população do que contribuir efetivamente para o problema.

Tenho absoluta certeza que o papel que os Srs. Deputados podem desempenhar em relação à esta situação, ao enfrentamento desta situação, a levar a informação sobre esse problema junto à população, e a trazer da população os problemas e as dificuldades que a população sinta e, trazer esses problemas até a Secretaria e até estojos da Saúde Pública desse Estado. Essa relação ela é na minha opinião vital para o enfrentamento do problema.

É um problema que tem uma gravidade bastante importante, que a gente precisa no enfrentamento desse problema sem deixar de informar a população, mas trabalharmos para que a população possa enfrentar esse problema com o máximo de tranquilidade possível. Sempre bastante informado sobre o que está acontecendo e como enfrentar esse problema.

Daí tem uma expressão que eu usei no começo das primeiras discussões dessa epidemia que eu dizia o seguinte: que esse problema da Gripe H1N1, o stress desse problema, ele tem que ser nosso. Absolutamente nosso. Mas, esse stress não pode ser da população. A população tem que receber as informações concretas, as orientações precisas, saber como enfrentar o problema. Quais são os seus direitos em relação a esse problema? Temos que garantir esses direitos de enfrentamento desses problemas.

Queria introdutoriamente fazer essa colocação. Quero também agradecer aqui de público o trabalho diuturno que a nossa equipe na Secretaria tem feito. Temos um grupo de técnicos e dirigentes da Secretaria. Faço esse cumprimento e essa homenagem a todos na pessoas do André Pegore que é o Diretor Geral da Secretaria. Temos um grupo de técnicos que têm trabalhado 24 horas por dia literalmente. Não é força de expressão. Tem gente lá que vira fim de semana, que vira noite, porque o problema tem requerido de todos uma dedicação muito grande.

Queria prestar essa homenagem a toda nossa equipe pelo trabalho que o pessoal tem feito, pela retaguarda que tem dado.

Vou então fazer inicialmente para homogeneizarmos as informações e repassar para vocês todas as informações que temos para a partir dessa apresentação estabelecermos um ponto de discussão com os Srs. e as Sras. Deputadas, para que possamos a partir daí fazer os esclarecimentos que sejam necessários.

Vamos a apresentação.

Aqui fazemos uma apresentação do que é esse vírus H1N1. É um processo de infecção obviamente provocada pelo vírus. É uma infecção aguda do sistema respiratório. Ele está distribuído por todo o globo terrestre, hoje foi a primeira pandemia que tivemos um processo de expressão do vírus com essa velocidade. Em seis semanas saímos dos primeiros casos do México para atingir todos os Continentes do Globo. Numa velocidade altíssima e com características uma grande transmissibilidade. É um vírus que tem uma transmissibilidade muito grande, haja vista que se trata de um vírus Influenza, portanto, um vírus que provoca gripe, que tem o mesmo comportamento dos demais vírus do Influenza, do ponto de vista da sua transmissibilidade, do ponto de vista da velocidade da sua transmissão.

Ele vai apresentar como é sabido por todos, por que isso tem sido cantado em verso e prosa por todos os órgãos de informação. Ele vai apresentar uma sintomatologia aguda, cuja principal manifestação é o início de uma febre abrupta, e a diferenciação com as outras gripes, principalmente com resfriados comuns, ele tem uma febre alta, de início abrupto, que geralmente passa dos 38 graus e de difícil remissão e vai apresentar os demais sintomas característicos da gripe, dor de garganta, dor no corpo, tosse, espirros, dor de cabeça, dores abdominais, às vezes até desarranjo intestinal. Ele tem a característica que todos os vírus têm. É difícil você fazer clinicamente a diferenciação do vírus H1N1, para Influenza sazonal, que são os demais vírus da Influenza, que faz a gripe comum. Clinicamente eles têm uma similaridade muito grande.

A principal diferença é o quadro febril que é de início abrupto e a diferença na evolução clínica, que no caso H1N1, ele tem uma evolução rápida e ele atinge principalmente a população adulta jovem, diferente do vírus sazonal, que atinge e que é mais agressivo para a população adulta idosa e crianças. Nesse caso, esse vírus, ele atinge principalmente a população adulta jovem e tem uma resposta muito forte.

A explicação que tem e as duas que estão mais concretizadas é de que a baixa reatividade que ele tem em relação à população idosa, pode ser em decorrência do fato de que o vírus H1N1, que foi o mesmo vírus da Gripe Espanhola e que ele teve mais dois períodos pandêmicos menores do que a Gripe Espanhola, no início da década de 50 e no início da década de 60, mas que em meados da década de 50, tínhamos a circulação do vírus H1N1. As pessoas que nasceram naquele período para trás, provavelmente há uma reação cruzada que dá uma certa imunidade, por isso que ele é menos comum no idoso e menos lesivo na população idosa.

O fato de ele ter uma agressividade muito grande no jovem, pode ser em função de uma exacerbada resposta imunológica, uma intensa produção de anticorpos, que acaba somando-se a ação lesiva do vírus e acaba provocando uma resposta lesiva muito grande no paciente e daí que tem esse comprometimento mais intenso em paciente adulto jovem.

A transmissão: isso é importante, porque temos falado muito na soma de prevenção. É importante entender de que forma o vírus, é transmitido. É transmitido por gotículas de secreção, que eliminamos ao tossir, ao espirrar e mesmo falar. Outra forma de secreção é a secreção na hora de limpar o nariz, assoar o nariz e que aí ficam os resíduos de secreção nas mãos, você coloca as mãos aqui, coloca na maçaneta, colocas as mãos em outros lugares, aperta as mãos das pessoas e dessa forma você faz a transmissão.

Daí que todas as medidas de cuidado em relação ao vírus estão voltadas a impedir essa soma transmissão, que são as formas comuns do vírus.

Aí tem um quadro de como é essa transmissão por vias aéreas. O ideal é nos, em ambientes que não temos certeza da situação das pessoas, mantermos uma distância de pelo menos um metro das pessoas, entre um e quatro metros, num período de garantia, de proteção em relação à transmissão do vírus.

Aqui procuramos fazer um quadro do comportamento da mortalidade por Influenza e pneumonia, somando isso por ano. Tivemos, no ano de 2004, 1 mil e 891 óbitos; 2005, 1 mil e 880 óbitos, 2006, 2 mil e 439 óbitos; 2007, 2 mil e 265; 2008, 2 mil e 396 óbitos, provocados por Influenza mais pneumonia. Quase doença respiratória aguda. Em 2009, 1 mil e 219 óbitos, atualizados até o dia 5 de agosto.

Então, a primeira informação é lembrar que de qualquer forma, óbitos por Influenza sempre ocorreram nesta intensidade. Vejam que é interessante destacar também que

ele vai subindo até 2007. E de 2008 a 2009, aponta uma tendência à redução. Provavelmente isto está relacionado à vacinação dos idosos, já que esta população que é atingida aqui, na sua maioria, é predominantemente população idosa.

Influenza por pneumonia, comparativo do mês de julho, em 2004, 201 óbitos por Influenza e pneumonia. Fazendo o comparativo dos meses de julho de cada ano, 201 em 2004; 225 em 2005; 290 em 2006; 255 em 2007; 263 em 2008 e até agora - são dados provisórios ainda - 128, atualizados até o dia 5 de agosto. Também a mesma coisa, ele dá um pico e depois começa a ter uma tendência à redução.

Destá tabela só é importante destacar este fato, de que na verdade a Influenza já vinha matando, sempre matou, com a característica que matava mais a população idosa. E agora o problema veio à tona e chamou a atenção de todos nós, por se tratar de um vírus novo, que não sabemos qual vai ser o comportamento dele, qual o desdobramento, por se tratar de um vírus novo, e por este vírus ser muito agressivo à população adulta jovem. Inclusive é onde há predominância dos casos que vão à óbito, que não é o normal. Dificilmente um jovem morre por gripe. Neste caso, têm ocorrido óbitos de população jovem.

Aqui, um panorama no mundo de como está a situação da gripe, apenas para darmos uma atualizada; são 17 mil e 416 casos confirmados no México, até o dia 5. Estados Unidos, 6 mil e 506 hospitalizados e 436 óbitos. Aqui, lembrar o seguinte: a OMS estabelece que os registros e os informes de monitoramento da doença que temos que fazer, estão voltados para os casos de óbito. Já não se conta mais, para a OMS, os casos confirmados, como fazíamos no começo: casos confirmados, casos suspeitos.

Agora você começa, infelizmente - mas esta é a forma de registro da doença - começa-se a fazer o registro e a computação através do número de óbitos. Este é o quadro dos Países onde ela teve a manifestação mais intensa.

Aqui, o quadro de como isto está no Brasil, temos 2 mil e 959 casos confirmados. Com esta distribuição, os Estados que estão com o maior número de casos são o Rio de Janeiro, com 28; São Paulo, com 69; Paraná, com 31; Santa Catarina, com três; Rio Grande do Sul, com 33. No Brasil temos 167 mortes confirmadas, desta doença.

O quadro do Paraná; depois talvez eu comente mais alguma coisa, mas vale registrar o seguinte: a partir do dia 27 de julho começamos a fazer os exames através do LACEN. Quero dizer a vocês o seguinte: a partir do momento em que começamos a fazer os exames através do LACEN, e estamos fazendo exclusivamente para o Paraná, obviamente começamos a ter um resultado mais rápido, com números mais intensos, e que isso não reflete a realidade, muitas vezes, de outros Estados, e que conseguimos ter hoje, com os números que vamos apresentar para vocês, conseguimos ter hoje no Paraná

praticamente o quadro real, o quadro exato do que está acontecendo agora. Não estamos trabalhando com dados passados, com diferença muito grande; sabemos exatamente como a coisa está se comportando, com diferença de três, quatro dias com relação aos dados que estamos apresentando.

Então, temos hoje no Paraná, informe do dia 7, às 17h, 784 casos confirmados; 31 desses casos confirmados tiveram complicações e foram à óbito; 2 mil e 804 casos que estão suspeitos e em monitoramento, e descartamos 1 mil 403 casos desses levantamentos. Então, do total de exames que estamos fazendo, esses são os resultados do dia 7. Vale lembrar, já vou adiantar para vocês, que no boletim de hoje tivemos a confirmação de mais oito óbitos, desses exames que estão entrando no boletim de hoje. Então, vamos aumentar o número de 31 para 39 óbitos e vai aumentar os casos descartáveis de 1 mil e 403 para 1 mil e 410 casos descartados. Então, esse é o quadro atual do Paraná. Esses dados estão disponíveis, são dados públicos, não estamos escondendo nenhum dado. Primeiro: não há nenhum interesse, nenhuma necessidade de esconder nenhum dado. Segundo, não há como esconder dados, principalmente dados de óbitos, que são dados que temos que formalizar, sobre todos os aspectos, junto ao Ministério da Saúde e junto a formalizar, Organização Mundial de Saúde, então não há como enfiarmos dados em baixo do papel, guardar na gaveta. Então, esses são dados absolutamente oficiais, e esses dados estão disponíveis no site da Secretaria, no www.sesa.pr.gov.br, eles estão disponíveis no site da Secretaria e nós estamos fazendo boletim dia sim, dia não, segunda, quarta e sexta tem boletins com dados atualizados, então são dados absolutamente públicos, nenhum desses dados não estão tornados públicos.

Outro parênteses que eu acho importante, o que tem circulado de informação ridícula através de e-mails, de internet, é um absurdo. Cheguei lá em Francisco Beltrão para fazer uma reunião veio o Prefeito e falou: “Doutor, diz que lá em Curitiba a coisa está feia, diz que lá só médico já morreram 15.”. Aí hoje o pessoal estava falando que tem um e-mail falando que só de médicos morreram 115. Quer dizer, vai ver que morreram 1215, porque é um absurdo isso.

Então, eu estava dizendo para o pessoal da imprensa outro dia o seguinte, que infelizmente temos uma tendência a acreditar na coisa que é absurda com muito mais facilidade do que acreditar no que é real. Às vezes a realidade, que já não é boa, certo, para você acreditar nela: “Não, mas isso aí é pouco, tem que ser mais”. E não é nada disso. Quer dizer, o que temos de dados reais são dados muito substanciais, não precisamos da fantasia que tem circulado em internet, por e-mail. Então, eu peço a todos vocês que estão nos ouvindo, nos acompanhando, que de preferência nem abram e-mail que vem falando sobre a gripe porque não vai te informar em nada.

Quem quiser informação segura entre no site da Organização Mundial de Saúde, entre no site da Organização Panamericana de Saúde, das Secretarias Estaduais da Saúde, ou procura os sites das universidades ou sites de entidades especializadas.

Esse vídeo vou deixar apenas registrado, é a distribuição desses óbitos por regional. Não damos detalhamento dos óbitos, nem mesmo a identificação da Cidade, mas por região de saúde. Tivemos um óbito, infelizmente o primeiro, que houve um erro de informação por parte de técnicos nossos e que foi identificada à pessoa. E o problema ganhou uma proporção tão grande que os familiares tiveram que sair da Cidade. Aqui é óbito dia-a-dia por Regional de Saúde. Aqui é a distribuição desses óbitos dia-a-dia, a partir do primeiro do dia 14 de julho até o dia sete de agosto. Desde o começo trabalhamos com critério de vigilância da doença e depois de acompanhamento dos óbitos. Quando começamos a ter casos graves e que ainda não sabíamos se era H1N1 e começamos a ter óbitos, já estabelecemos que todos os óbitos por insuficiência respiratória aguda seriam investigados. Foi assim que descobrimos o primeiro óbito no dia 14 de julho. Se não utilizássemos esse critério, que foi estabelecido por nós da Secretaria de Saúde, talvez não pegássemos esse óbito. Era isso em relação aos óbitos.

Aqui é a distribuição dos casos confirmados por Regional de Saúde. Temos uma classificação de caso suspeito, confirmado, internado e casos que foram a óbitos. Aqui em relação aos exames - até o dia 27 de julho fazíamos, exclusivamente, na Fiocruz no Rio de Janeiro. Quero lembrar que nas primeiras semanas da doença, lá no final de abril, começo de maio, os exames do Brasil eram juntados pelo Ministério da Saúde e iam para os Estados Unidos, que era o único laboratório que fazia para os Países da América Latina. Para vocês verem a importância que tem esse exame. Não é um exame que é aberto indistintamente.

A partir do dia 27 de julho, conquistamos para o Paraná a liberação para que esse exame fosse realizado. Somos o quarto laboratório do Brasil a realizar oficialmente para o Ministério da Saúde, para a Organização Mundial de Saúde esses exames e somos o 169º no mundo. Tinha 168 e agora tem 169. Somos esse 169º laboratório a realizar. Por quê? ele tem que seguir regras de normas de padrões internacionais, principalmente relacionados com a biossegurança, e aí o LACEN do Paraná é tido como um dos melhores laboratórios públicos estaduais do Brasil. O nosso LACEN é muito respeitado no Brasil pela qualidade técnica do que temos, da nossa equipe técnica. Dr. Marcelo Pilonetto, Diretor do LACEN, e toda sua equipe, que é uma equipe tecnicamente muito competente, tem um laboratório bem equipado.

Quero dizer para os senhores o seguinte: estamos fazendo esses exames porque o Governo do Estado comprou os kits. Compramos inclusive alguns equipamentos

para ampliarmos a capacidade de realização desses exames. Ouvi o próprio Ministro, naquele dia que ele estava aqui, falando do laboratório do Pará, que o pessoal estava parando os exames porque não tinha kits. Daí ele falou: “Olha, aqui no Paraná eles estão fazendo, porque o Governo do Estado continua comprando os kits. Não parou.” Na verdade, começamos porque compramos os kits por meio do Governo do Estado.

No LACEN: 1705 exames já foram processados; 2504 aguardando processamento. Pela Fiocruz: 482 processados; 300 aguardando processamento. E o total são esses números aqui: 2187 processados; 2804 aguardando processamento; 1410 descartados; 784 confirmados. Aqui o que é o LACEN. Capacidade média de 180 amostras/dia. Tempo de processamento dos materiais: 48 horas após a chegada da coleta. Para vocês terem um ideia, ganhamos muito em tempo com isso. Uma coisa interessante: fica mais barato fazermos o exame no LACEN do que quando mandávamos para o Rio de Janeiro. O custo de coleta, transporte, locomoção, etc, era maior do que está custando cada exame que estamos fazendo hoje, no LACEN. Já disse esses dados, os números.

Tivemos que comprar um novo equipamento, IPCR, fizemos em regime de urgência a contratação de mais 29 profissionais, nove contratados e 19 foram remanejados de outras áreas para trabalhar no LACEN. O LACEN está trabalhando de domingo a domingo até às 22, 23h, todos os dias. Também faço, de público, a homenagem a esse pessoal, que é uma equipe altamente qualificada.

Aqui temos os dados que falei agora, apenas transformados em gráfico. O vermelho é o que foi feito na Fiocruz, o amarelo é o que foi feito no LACEN e o verde é o total. Só para ter uma ideia de como está a distribuição desses dados e a execução desses serviços. Agora, vejam um dado importante: baseado nos resultados do laboratório, podemos dizer que dos exames, dos casos que foram encaminhados para exame, 84% são do vírus H1N1, 16% são do vírus da Influenza sazonal. Isso significa dizer que temos um alto percentual do vírus H1N1 circulando em nosso meio. Na verdade, hoje, praticamente todo caso de gripe passa a ser um caso suspeito. Temos uma circulação muito alta de H1N1. A questão é diferenciar gripe de resfriado, que são duas coisas absolutamente diferentes, e o tratamento também é absolutamente diferente.

No caso dos óbitos, tivemos 24 óbitos confirmados pelo LACEN, sete óbitos confirmados pela Fiocruz e seis óbitos que foram negativos, e agora tivemos, hoje, portanto, acrescentando a esse número aqui, mais oito óbitos confirmados pelo LACEN e mais sete óbitos que foram negativos. Os exames agora estão sendo realizados pelo LACEN.

É importante colocar para vocês o seguinte: aparentemente não se percebe muito as ações que foram realizadas ao longo desse período em relação à gripe. A Organização Mundial de Saúde informou ao mundo, deu o alerta do dia 24 para o dia 25, na madrugada do dia 25 de abril. No dia 26 a nossa equipe, está aqui o Dr. Lineu, o Dr. Lúcio, já estava reunida na Secretaria, isso foi num

domingo à tarde, porque temos o Centro de Investigações Epidemiológicas e Vigilância de Saúde, que foi implantado por nós no começo do ano, junto com o Ministério da Saúde e vinculado à Organização Mundial de Saúde, eles já estavam com os dados do Centro de Investigações Epidemiológicas e Vigilância de Saúde, fazendo já a discussão do que iria acontecer em relação a essa gripe no Estado.

Naquela época, inclusive, estávamos todos absolutamente assustados, porque os primeiros números que começaram a circular, como no México eles já descobriram com óbitos. Então, se tinha mais óbitos do que casos confirmados - e o cálculo de letalidade e estatístico - ela tinha, naquele momento, uma letalidade que era maior do que a Gripe Espanhola. O pessoal já estava reunido no domingo à noite, estávamos acompanhando pelo telefone. Na segunda-feira, às 8h da manhã, estávamos com todo mundo tomando as primeiras decisões com relação ao enfrentamento da gripe, e realmente, absolutamente assustados, porque o que víamos naquele momento era a perspectiva de enfrentarmos uma epidemia que parecia que poderia ser maior do que a Gripe Espanhola.

A Gripe Espanhola, como todo mundo sabe, matou 40 milhões de pessoas no mundo. Então, estávamos absolutamente assustados com o que vinha pela frente. Na medida em que o quadro foi se estabilizando e que as coisas foram acontecendo, então obviamente o cálculo de letalidade, que é um cálculo estatístico, começou a se ajustar por uma situação que correspondia mais com a realidade. Mas, naquele momento, já tínhamos desencadeado essa estrutura de plantões dentro da Secretaria: duas pessoas em cada Regional de saúde, 798 pessoas em Municípios. Mobilizamos, naquela segunda e naquela terça-feira, 853 pessoas no Estado inteiro, com telefone, com motorista de plantão, os nomes das pessoas, endereço, para desencadearmos qualquer processo que fosse necessário para o enfrentamento da gripe. Começamos dedicando atenção especial, naquele momento, a Paranaíba e aos Municípios do Litoral por causa do porto, e Foz do Iguaçu e Municípios da fronteira por causa da fronteira, e Curitiba por conta do aeroporto, temos dois aeroportos internacionais no Paraná, Curitiba e Foz do Iguaçu, temos o porto e a fronteira seca com outros Países. Então, naquele momento já começamos a mobilização também dessa áreas.

Criamos um comitê, nos reunimos na terça-feira, na sequência, intersetorial, e que chamamos órgãos federais como a ANVISA, a ABIN, a INFRAERO, mais a Defesa Civil do Estado, Secretarias Estaduais, Polícia Militar do Paraná, segmentos da área da Educação, unidades especiais, clubes de serviços, e começamos a fazer inicialmente todas as segundas-feiras, começamos a primeira na terça-feira, uma reunião com esses grupos e depois fomos espaçando para cada 15 dias. Fizemos discussões com os conselhos e associações, CRM, CRF, etc, com a Educação, com as Igrejas, com o pessoal da área dos transportes, da área de empregadores, pessoal da área de turismo, empregados, unidades especiais, clubes de serviços, etc.

Por que estou falando isso? Fica cansativo, mas preciso dar a vocês um quadro de como é que vinha esse processo de mobilização em relação à gripe. É uma coisa que estávamos trabalhando com uma perspectiva, inclusive, e preocupação bem mais intensa. E aí chegamos à questão do medicamento. Já distribuimos 28 mil, isso é tratamento para 28 mil pessoas e mais 2 mil e 200 tratamentos para crianças. Temos ainda, além disso, um lote de reserva. Isso foi distribuído para as 22 regionais - temos um gráfico que explica como é essa distribuição - e elas atendem aos Municípios e aos maiores, como é o caso de Curitiba e Londrina. É feito o repasse para a Secretaria Municipal onde terão estabelecidos os locais onde será feita a distribuição, o aviamento do medicamento. Desse total que foi repassado, estamos fechando a projeção, mas praticamente menos do que a metade é o que foi, efetivamente, retirado. Podemos arredondar na metade disso ainda para ser retirado nas regionais e nos Municípios.

Estou reafirmando com isso, em primeiro lugar, os senhores podem ter a certeza de que, salvo problema de fluxo, desinformação, ruído de informação, prescrição incorreta, erro na documentação para a retirada do medicamento, salvo problemas desse tipo, garanto aos senhores que não faltou remédio para os casos que precisariam ser atendidos. Também garanto aos Srs. Deputados que, com certeza, não vai faltar remédio para as prescrições que forem feitas e que forem necessárias.

Temos tido, por parte do Ministério da Saúde, a retaguarda para o repasse desses medicamentos. Na primeira remessa de medicamento veio 20 tratamentos, porque era quase uma coisa absurda falar em prescrever Tamiflu, um remédio que existe há tanto tempo, que é muito prescrito para alguma pessoa. Esses 20 tratamentos devem ter durado 20, 30 dias, mais ou menos, para que eles fossem usados, Saímos de um sistema de distribuição, que era quase informal, para um sistema que estamos profissionalizando. Apenas desses que foram distribuídos, são mais de 30 mil tratamentos que foram repassados para a base, para atender as pessoas.

Por isso, eventualmente, tivemos problemas de ruído de informação, de fluxo de acesso ao medicamento, que são problemas que têm que ser resolvidos, na medida em que profissionalizamos todo o processo. Toda a distribuição é feita, agora, de forma bastante profissional.

O Governo Federal, o Ministro da Saúde envia para o Governo Estadual, Secretaria da Saúde, e nós distribuimos para as 22 Regionais de Saúde, que ficam com o estoque e atendem as Secretarias Municipais, que organizam o fluxo até o paciente. Repito que no caso de Prefeituras maiores e bem estruturadas, como é o caso de Curitiba, descentralizamos da regional para a Prefeitura e ela faz a programação dos locais, onde o paciente receberá os medicamentos. Aqui em Curitiba, por exemplo, são os Centros Municipais de Especialidades, postos de especialidades que a Prefeitura tem espalhados nos bairros, onde é feita a entrega.

Quando a pessoa tem a sintomatologia - o paciente não é obrigado a saber se ele está com gripe, resfriado ou dor de cabeça - nessa paranóia toda que está em relação à doença, vai procurar o seu médico. Ele vai avaliá-lo e se chegar à conclusão que se trata de um caso de gripe, vai fazer a receita, preencher a notificação do caso, que deve ser preenchido em um formulário que estabelece a notificação epidemiológica e os critérios para a distribuição do remédio. O médico tem que preencher esses três documentos. O paciente, de posse desses documentos, vai a um desses centros da Secretaria Municipal de Saúde para fazer o recolhimento do medicamento.

Quando tínhamos que coletar o exame de todo caso suspeito, o paciente tinha que ir pessoalmente. Hoje, que não é mais obrigatória a coleta do exame do paciente que é o caso suspeito, mas que está clinicamente bem, o paciente ou uma pessoa da família pode fazer a retirada do medicamento, desde que leve essa documentação que estou falando, a documentação que comprava que aquele é o paciente. Se tiver esta documentação e for no serviço o serviço vai entregar. Se o serviço não entregar o pedido que fazemos é que entrem em contato conosco através do site da Secretaria, ou que ligue no telefone do... (ininteligível)...

Por enquanto é a referência que vamos deixar, no final o pessoal vai me passar aqui para repassarmos, para que saibamos se está tendo problema ou não na entrega, porque teoricamente não é para ter problema e eu sei que tem ocorrido problema. Então, teoricamente não é para ocorrer problema. Então, o fluxo é este - consultório médico, via unidade de saúde, não vai para porta de Hospital, vai para o seu médico, se você tiver médico que tenha consultório ou vai para o posto de saúde.

A definição de caso - quero lembrar duas coisas, mais antes, falando de tratamento. Primeiro lembrar o seguinte: em nenhum momento o tratamento do paciente depende do resultado do exame laboratorial, não há vinculação, tem que ter o exame laboratorial para receber o tratamento, não, porque o tratamento no começo demorava até 10 dias, as vezes, para ter o resultado - a doença tem um período de progressão e de transmissibilidade de sete dias, então, depois já não adiantava mais. O medicamento, no caso que é a prescrição do medicamento, tem que ser prescrito nas primeiras 48 horas - depois disso também a capacidade de ação do medicamento ela cai e fica quase nula. Então, ele tem que ser feito nas primeiras 48 horas. Então, o tratamento ele é em decorrência do diagnóstico clínico. Ele não depende do exame laboratorial.

E o exame laboratorial, por sua vez, não falei lá atrás, mas vou falar agora - o exame laboratorial por sua vez é importante para nós da Saúde Pública. Ele é um dado de vigilância epidemiológica. Ele é um dado de vigilância do comportamento da distribuição do vírus. Para o paciente ele altera muito pouco. O máximo, é uma vantagem que pode ser importante, por isso puxamos para agilizar, mas o máximo de vantagem que ele pode

trazer é para saber se, quando der negativo, o paciente sair da quarentena de sete dias. Quarentena de sete dias é engraçado, mas é isso. Mas para ele sair do isolamento. Para o paciente ele não altera em nada. Ele não altera o curso da doença ela não altera o tratamento, ele não tem nenhuma repercussão individual para o paciente o resultado do exame. Daí que não há necessidade de ter isso como exames particulares, para ser feito em laboratórios particulares ou coisa parecida. Não há necessidade de ter qualquer tipo de apressamento em relação.

Agora, nós precisamos desse dado, porque através do resultado desse dado sabemos o que está acontecendo com a doença. Então, ele é uma informação, prioritariamente, quase que unicamente uma informação de interesse da Saúde Pública e não do paciente. Claro que o paciente vai querer saber se deu positivo ou negativo.

Por isso que também estamos mudando o critério de coleta dos exames. Estamos coletando exames agora só do paciente que foi do caso que foi a óbito, do caso que está em leito de UTI e que portanto é um caso de agravamento extremo ou dos casos que estão internados em hospitais. E os demais casos, vamos coletar por amostragem nas regionais para termos uma ideia de como está o comportamento da circulação do vírus, porque agora já temos certeza que o vírus está com circulação livre no nosso meio, inclusive quase que predominando na circulação em nosso meio em relação ao vírus da Influenza. Então essa informação sobre o exame.

Sobre o paciente: ele vai procurar o médico, caso sem agravamento que representa 98% do total de casos, fica no isolamento domiciliar, caso haja necessidade da hospitalização, temos hoje 22 hospitais de retaguarda, definido pela Secretaria da Saúde, um em cada regional, e mais quatro de referência definidos junto ao Ministério da Saúde.

Na verdade, na prática, não são só esses 26 hospitais que estão atendendo - praticamente quase todos os hospitais, inclusive hospitais não conveniados a rede SUS tem atendido, tem feito isolamento, e tem atendido os pacientes, colocados em leitos de UTI e etc. Então, temos praticamente a estrutura dos hospitais do Estado, hoje voltados para este atendimento. Mas, temos oficialmente esses 26 hospitais dentro da rede SUS, como referência.

E o medicamento, caso haja necessidade do medicamento, ele será prescrito - receita médica, notificação do caso e ficha de dispensação. Para todos os casos descritos acima não há necessidade de confirmação laboratorial, conforme já falei.

Então, este é o procedimento em relação ao medicamento. A situação das hospitalizações: nós tivemos, notificados hoje no Estado 8 mil e 480 casos, tivemos 2 mil e 265 internações, entre internações de casos que ficaram para observação com sintomatologia relativamente leve, internações com sintomatologia mais intensa, até as internações de casos graves que foram para UTI, 2 mil e 265. Hoje, nós temos 816 pessoas internadas em leitos gerais e nós temos 126 pessoas internadas em leitos

de UTI, com insuficiência respiratória aguda, pode ser H1N1 e pode não ser, são pacientes com deficiência respiratória aguda que até que se prove o contrário, para nós, consideramos como H1N1 e estamos colocando na nossa computação, então temos hoje 126 pacientes internados em leitos de UTI. Estes são os números que nós temos.

Estamos hoje com 143 leitos de UTI praticamente exclusivos para atendimento de pacientes com insuficiência respiratória aguda, fizemos na semana passada ou retrasada, já não lembro mais, disponibilizamos, 50 kits, inicialmente, mas na verdade já estamos com 68 kits de equipamentos que são: respiradores, monitor multi-paramétrico e oxímetro que são equipamentos que permitem montar um leito de UTI específico para o tratamento de paciente com insuficiência respiratória aguda que requeira atendimento com respiração assistida, respiração mecânica. Estamos disponibilizando, são equipamentos do Estado, equipamentos que estavam comprados pelo Estado para colocarmos nos hospitais novos, estamos como Hospital de Campo Largo quase pronto, o Hospital de Francisco Beltrão quase pronto, estamos colocando os equipamentos de UTI do Hospital de Reabilitação, então pegamos uma parte desses equipamentos da nossa reserva técnica para implantação dos nossos hospitais e disponibilizamos, de imediato, isso e isso tem possibilitado uma capacidade de absorção da demanda de atendimento de pacientes que requeiram atendimento hospitalar.

A primeira etapa de enfrentamento do problema é fazer a vigilância sanitária que nós fizemos, me perdoem é fazer a vigilância sanitária que nós fizemos, me perdoem a pouca modéstia, nós fizemos bem feita, tanto que o Paraná foi um dos últimos Estados do Sul de temperatura fria, Curitiba é a Cidade que tem o menor número de dias com sol, portanto muito propícia à proliferação e nós fomos um dos últimos Estados a termos a circulação livre do vírus, ganhamos praticamente o primeiro mês de inverno sem a presença do vírus circulando em nosso meio. Isso tudo somou para que pudéssemos ter condições de dar o enfrentamento devido. A primeira etapa é a da vigilância, fazer o cinturão sanitário, tentar cercar o vírus. Na minha opinião, obviamente suspeitíssima porque estou falando do nosso serviço, acho que conseguimos fazer um bom serviço nesse aspecto.

A segunda etapa é se preparar para a assistência, não dá para segurar o vírus? Não dá, vamos ter que enfrentá-lo, vai atingir pessoas e nós temos que ter a capacidade de atendimento que é essa etapa dos leitos que estamos falando aqui.

Aqui é a distribuição e para onde foram estes equipamentos? Onde eles estão? Vocês podem ver que tem para todas as regiões do Estado aqui, não vou ler, se vocês quiserem depois podemos ler e vou deixar aqui disponível para vocês. Mais de 812 leitos em todo Estado, estamos calculando que com 300, 400 leitos gerais nós damos vazão, mas estamos hoje com 812 leitos disponíveis exclusivamente para casos da gripe.

Ações que foram feitas: apenas para dar uma ideia, como eu disse, lá atrás quando a gripe era apenas um assunto interno nós já estávamos fazendo atividades como essa aqui: treinamento de mais de 200 profissionais que receberam orientação para prestar atendimento à população, além de fazer o plano de contingência, fluxo de atendimento, técnicas de coleta de amostra, cuidados e roupage dos EPIs, que são os equipamentos de proteção individual. Treinamos o pessoal, como é que usa, como é que põe, como é que coleta, que jeito é feita a coleta, como embala essa coleta, para onde manda, como é que manda e tal. Tudo isso feito quando a doença era apenas uma discussão internacional, estava lá no México, no Canadá, nos Estados Unidos, nós já estávamos fazendo isso aqui.

Primeira reunião com a comissão intersetorial formada por órgãos governamentais, entidades civis, organizações organizadas e representativas, Secretarias Estaduais como essas que estamos citando, Associação de Portos e Aeroportos do Paraná, Defesa Civil, INFRA-ERO, Exército, até a ABIN nós chamamos, ANVISA, Conselho de Secretários Municipais de Saúde, etc, tudo isso estamos fazendo lá atrás. A reunião que fizemos no dia que fomos na reunião dos três Secretários do Sul, por convocação do Governador que apresenta o CODESUL, pediu uma reunião do Secretário do CODESUL para que discutíssemos o problema da gripe. Tivemos como resultado dessa reunião uma intensificação de cuidados em relação aos Estados do Sul e uma intensificação da vigilância das fronteiras, que estávamos tendo alguma dificuldade com fronteiras secas.

As Associações Médicas vão contribuir com o combate à nova gripe, também nessa articulação. Produziram documento com indicações de sugestões que serão enviadas ao Ministério da Saúde, o desdobramento dessas discussões.

O Governador nos autorizou a utilizar o Centro de Reabilitação, aquela parte de cima que estamos concluindo as instalações, para deixar como reserva se precisar ter leitos extras, além desses que já falamos, no hospital de Campo Largo, que está praticamente pronto, que a nossa programação, a princípio, é entregar esse hospital, se possível, em setembro, final de agosto, começo de setembro, então, com aquelas instalações. O pedido, a solicitação do Governador foi que a esperemos um pouco para utilizar aquela estrutura toda. Estamos com profissionais contratados já por teste seletivo, já recebendo treinamento. Ou seja, temos uma estrutura que, se for, necessário, lançamos mão para internarmos as pessoas que tiverem essa demanda.

Conseguimos numa negociação com o Ministro. Estive na quarta-feira anterior à vinda dele lá em Brasília, levamos todos os nossos cálculos, todas as nossas projeções. Conseguimos inicialmente R\$ 6 milhões e 600 mil, exclusivamente para o atendimento: R\$ 600 mil para a compra de equipamento de proteção individual, R\$ 6 milhões para remunerar atendimentos a serem feitos

pelos hospitais exclusivamente para gripe. Ele anunciou aqui na semana passada, quando esteve aqui.

Agora, já fizemos investimentos de aquisições, de compra de R\$ 19 milhões no combate à nova gripe. O recurso foi utilizado na compra de equipamentos, insumos, produção de material de divulgação. Temos essa retaguarda do Centro de Reabilitação em Campo Largo, que já falei. O LACEN já contratou novos profissionais para atuar no laboratório. Os kits, já comentei, aqui está falando em 50, mas na verdade já passamos de 68 kits para os serviços, conforme aquela tabela anterior. Fizemos atuação de capacitação.

Fizemos uma parceria muito interessante sobre a interrupção das aulas com a Secretaria da Educação, que tem 24 mil - não sei quantas mil - salas de aula, cada uma com uma televisão. Aquelas televisões que são utilizadas pela TV Paulo Freire, na capacitação de professores.

Aproveitamos o recesso das aulas e colocamos, além de treinar professores e técnicos dentro dessas salas de aula com essas televisões, estamos chamando ainda todos os técnicos profissionais, o pessoal dos postos de saúde, das Secretarias Municipais de Saúde, para receberem um treinamento, para padronizarmos as condutas de atendimento das pessoas, e acabou sendo um veículo fantástico, porque conseguimos, num estalo de dedos, porque todo bairro tem uma escola estadual, perto de um posto de saúde tem uma escola estadual. Então, estamos trazendo a equipe daquele posto para dentro daquela escola, para receber o treinamento.

Então, isso tem sido um trabalho muito interessante.

Quadro de investimentos que fizemos. O que já foi efetivado de equipamentos: equipamentos de proteção individual - EPIs, material de divulgação e esclarecimento, materiais diversos e insumos. Com isso já foram gastos 6 milhões e 44 mil. O que já está empenhado para a aquisição e andamento? Oito milhões e meio com equipamentos; 3 milhões e meio com EPIs, material de divulgação e esclarecimentos; materiais diversos e insumos, mais de R\$ 13 milhões. Vai totalizar 19 milhões e 102 mil.

Nos meses de maio e junho, tivemos uma despesa de cerca de R\$ 4 milhões. Aqui não está previsto o que tivemos de ampliação de recursos humanos que está sendo utilizado nesse trabalho. Meses de maio e junho, uma despesa de R\$ 4 milhões e 350 mil. Nos meses de julho e agosto, 14 milhões e 758 mil, que estão sendo aplicados no enfrentamento dessa gripe.

Somente no Hospital do Trabalhador foram R\$ 933 mil, todos recursos fonte 100, ou seja, recursos do Tesouro do Estado, do orçamento aprovado aqui por esta Casa.

Os treinamentos que nós fizemos, presenciais em Curitiba, forma mais de 300 pessoas que receberam treinamento em Curitiba nas regionais, mais de 26 mil pessoa que foram mobilizadas por web conferência, por atividades que foram realizadas pela TV Paulo Freire, pelos profissionais de Saúde nas escolas, 23 mil e 500 pessoas até agora e isso ainda continua. Web conferência, com participação estimada de 45 mil pessoas.

Esse contingente de pessoas, pode até ser que você tenha pessoas repetidas aqui, recebeu uma, recebeu outra. Foram pessoas que, de alguma forma, passaram por orientação de forma presencial ou web conferência, ou por vídeo, recebendo orientação e capacitação da Secretaria.

Aqui é um exemplo de material informativo que estamos utilizando. Destaco o material que foi muito importante, um impresso feito pelo CRM, Associação Médica do Paraná, com a chancela da Secretaria Estadual da Saúde, que todos os médicos receberam dando orientação do fluxo de atendimento.

Uma outra discussão que está pegando bastante é a discussão do distanciamento social. Tem sido motivo de muitas polêmicas. Essa discussão começou com a discussão das escolas e hoje ela já está expandido para outras áreas. Entendemos que ela tem que ser muito bem feita.

Em primeiro lugar, fez a opção de suspender as aulas inicialmente até o dia 10, e agora até o dia 17, porque para isso há um argumento técnico e epidemiológico que é mais consistente.

As crianças têm um convívio prolongado entre elas, passam no mínimo quatro horas por dia e todos os dias, elas vêm, não para as suas casas e voltam, vêm e voltam. Sai vai lá fora e entra em contato com diferentes formas do vírus; vem para cá, mistura, sai e leva para fora.

No caso das escolas, há uma indicação epidemiológica de ser feito o que foi feito de suspensão das aulas por esse período que está sendo proposto.

Ganhamos tempo porque estamos ainda na fase de avanço da doença, estamos ainda na fase do pico de inverno e a ganhamos tempo em relação a isso e reduz a velocidade de expansão do vírus, porque os escolares acabam sendo um grande amplificador na distribuição do vírus.

Com eles há uma justificativa fundamentalmente centrada, no fato de que eles têm um convívio contínuo e prolongado. Nos outros ambientes não há essa recomendação e há essa preocupação com os outros. É diferente nos demais ambientes, não justifica nesse momento, pode ser que daqui uma semana, 10 dias tenhamos que tomar essa decisão. Mas, não justifica nesse momento nenhuma medida de suspensão de nenhum outro ambiente de concentração de pessoas, porque o convívio é um período curto e é um convívio esporádico, você não tem a vinculação, não tem a probabilidade de expansão do vírus com a mesma intensidade. Qualquer medida de dispensa de outros ambientes praticamente não vai ter impacto no processo de expansão da doença. Contatos em ambientes fechados com alguém que tenha gripe, as pessoas que tiverem contato, elas terão a chance de contrair a gripe. Mas, ela terá a mesma chance na rua e em outros ambientes. Não há essa necessidade nesse momento.

Essas ações são tomadas com base num estudo científico, tendo por base organismos internacionais, Centro de Controle de Doenças - CDC nos Estados Unidos.

Quero concluir fixando basicamente três pontos que acho importante: o primeiro deles. É muito importante que consigamos falar a mesma linguagem. Coloque-me a disposição e toda a nossa equipe, fazemos quantas reuniões os senhores acharem necessário, mas é importante que falemos a mesma linguagem.

Se o gestor de saúde sair falando uma coisa, os representantes do povo, que são os senhores, desta Casa, saírem falando outra coisa, a Associação Médica - CRM, falando outra coisa, o Ministério Público outra coisa, vamos criar uma confusão de informações que vai dificultar em muito o enfrentamento do problema.

Este é um apelo que eu faço. Vamos esgotar a discussão da forma que for possível. Mas, que consigamos unificar o máximo nossa linguagem. Acho importantíssimo.

Segundo, em relação aos medicamentos, dizer para vocês de forma muito afirmativa, que não vai faltar remédio para as prescrições que forem feitas, de casos que efetivamente precisarem. Precisamos ter muito claro - e aí tenho plena confiança nos meus colegas médicos - precisamos ter muita clareza a necessidade da racionalidade da prescrição, de ter uma prescrição efetivamente adaptada ao quadro clínico do paciente. Mas, não vai faltar médico. Se tiver tendo ruído de informação, problemas no fluxo, vamos pedir para que isso seja identificado, denunciado para nós. Mas, nós vamos garantir a prescrição dos medicamentos.

Por último, dizer para vocês que tenho muita confiança na equipe técnica que temos, no que nós temos de equipes técnicas nas Prefeituras. Mesmo as Prefeituras pequenas, têm dado mostras interessantes de capacidade de mobilização. Acho que temos plenas condições de enfrentar esta pandemia, procurando minimizar o máximo os efeitos que ela possa ter na nossa população.

Para a população, o que peço é calma, muita tranquilidade. Não adianta sairmos acreditando em qualquer informação que ouvirmos. E muito menos vai resolver qualquer problema de pânico, neste momento.

Qualquer dúvida, vou deixar o telefone do nosso centro de investigações, que é o 0800-6438484. Este é o telefone que pode ser utilizado para qualquer tipo de informação, denúncia, necessidade de ação que as pessoas acharem importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sr. Secretário, quero inicialmente em nome da Assembleia Legislativa e em nome dos requerentes, para que V. Sa. aqui estivesse, agradecer e dizer da importância e da repercussão da sua fala. Estamos sendo televisicionados, através da TV SINAL, para quase todo o Estado e enquanto o senhor falava, recebi algumas perguntas que já foram até respondidas, como o caso de fechamento de bares, restaurantes, esta coisa toda.

Mas, quero cumprimentá-lo, bem como toda sua equipe, sem dúvida nenhuma temos uma confiança muito grande no senhor e na sua equipe. Quero deixar a palavra livre aos Srs. Deputados, solicitando que sejam o mais breve possível nas perguntas, para que possamos extrair do Secretário aquilo que nós temos mais dúvidas.

Interpeladores:

Concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Muito obrigado pela concessão da palavra. Serei breve, para que todos tenhamos oportunidade de fazer perguntas.

Primeiro, parabéns pelo trabalho que o senhor e sua equipe têm feito, Secretário Gilberto. Este é um momento sério. E em Curitiba há uma espécie de histeria com relação a este assunto. Mas, há dois pontos que eu gostaria de uma maior explicação. Primeiro, se nós não poderíamos fornecer, como até parece que a OMS já exemplifica, descentralizadamente, o medicamento para grupos de risco, por exemplo, pessoas com policísticos, uma doença que crianças tem, normalmente, no aparelho digestivo. É um grupo de risco. Têm problemas pulmonares, se a associação já não poderia ter este remédio descentralizado. Outro exemplo, pode ser Parkinson, vários outros fatores.

Se realmente haverá medicação para todos, se o pico ainda está para chegar, se isso acontecer realmente numa maior incidência. E também com relação aos sintomas, que é um tema que eu vi pouco abordado nesse momento, por exemplo, muitas pessoas terão contato com vírus e pode não desenvolver a doença, e os que podem desenvolver a doença podem também não ter casos tão graves, como uma pneumonia, febre muito alta e virem a falecer; pode vir uma febre mais branda? Se os sintomas quando acontecem são sempre violentos? Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MARTIN

Muito obrigado pelas perguntas Deputado Stephanes Júnior. Responder para você o seguinte: veja, a descentralização do medicamento, do Tamiflu, eu citei rapidamente estamos fazendo isso agora de maneira mais profissional através do CEMEPAR, nós já fizemos um remodelamento dessa descentralização de forma a disponibilizar o medicamento aos Municípios, não só centralizadamente nas regionais. E os Municípios, a primeira descentralização que nós fizemos foi com o Município de Curitiba que tem uma estrutura de atendimento bem articulada e bem montada e, que tem feito o aviamento da receita com a entrega do medicamento.

O máximo de descentralização que vamos poder fazer é até as Secretarias Municipais e serviços próprios da Secretaria, talvez aqui em Curitiba, não sei se já foi definido alguma coisa em relação a isso, estávamos discutindo isso, a possibilidade de que alguns hospitais, por exemplo, o Pequeno Príncipe, que é um hospital de referência e que está voltado para o atendimento da criança, Hospital das Clínicas que já recebe também. Quer dizer, para esses serviços maiores e que tem uma referência em termos de atendimento, para esses serviços a descentralização.

Agora para descentralizarmos para as associações, para as entidades com essas características talvez tenhamos inicialmente alguma dificuldade de fazer, no sentido de garantirmos o fluxo. O que garantimos para essas associações é que para os seus pacientes que forem atendidos, a própria associação, o médico atende, preenche aqueles documentos que eu já citei que são necessários de ser preenchidos e a própria associação pode fazer a retirada do medicamento para repassar aos seus pacientes. É uma forma inclusive de termos uma fiscalização mais efetiva de que o fluxo de repasse do medicamento está funcionando e, que não fique o paciente batendo a cabeça por aí para fazer a retirada. Acho que nesse caminho, podemos caminhar.

E sobre o sintoma dizer o seguinte, é importante lembrar isso, vou reafirmar, 98% das pessoas que tiverem gripe H1N1, ou vão ser assintomáticas, ou vão ter uma sintomatologia leve, ter uma evolução absolutamente benigna. Tenho feito uma brincadeira de dizer o seguinte: é possível que muitas pessoas que estão andando de máscaras na rua hoje - o que é uma medida absolutamente desnecessária, que não contribui em nada para a proteção individual - é possível que muitas dessas pessoas até já tiveram a gripe e não sabem que teve.

Então, esse é o lado que dá para tranquilizar em relação a essa doença, 98% dos casos terão evolução absolutamente benigna. Não são todos os casos que vão para o agravamento, os casos que vão o agravamento, eles têm uma evolução que também é variável, tem casos que em 48 horas eles se agravam e vai para uma insuficiência respiratória aguda que você tem que colocar num leito de UTI, e tem casos que ela dá sinais de que vai agravar e aí a importância do acompanhamento médico.

O SR. NELSON JUSTUS (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Secretário Gilberto só para cumprimentá-lo por tudo o que colocou aqui. Acho que sem dúvida nenhuma, dá um parecer para todos nós daquela situação, que mostra que é preciso antes de se pensar em fazer política nesse momento que nós atravessamos, importante é

acompanhar e saber o que está acontecendo. E nós estamos vendo aqui na sua transparência e de toda a Secretaria, dados que estão sendo mostrados, e que não estão sendo mostrados só aqui hoje, já estão há dias sendo colocados pelo nosso Governo.

Parabéns ao nosso LACEN que consegue desenvolver, vimos os números aí maravilhosamente em relação ao que nós tínhamos no passado, porque era fora daqui. Enfim, acho que demos um passo importante para diminuir o contágio desse momento que estamos vivendo.

Não podemos politizar essa questão. Infelizmente já ouvimos e vamos ouvir pessoas querendo se aproveitar desse momento. E esse momento não é de aproveitamento e sim de responsabilidade de todos, porque têm muitas pessoas que precisam do nosso apoio.

Quero cumprimentar todos da secretaria pelo que têm feito. Perguntar: até quando vai durar isso? Quantas pessoas, após receberem o medicamento, conseguiram ficar boas? infelizmente estamos vendo na internet os irresponsáveis agindo - que existem médicos que morreram em Curitiba - morreu algum médico pela gripe H1N1?

O SR. GILBERTO MARTIN

Não tenho essa avaliação ainda com relação ao medicamento e resultados com os casos graves. A resposta ao medicamento é muito boa. Portanto, o uso do medicamento tem total indicação. Esse medicamento, como qualquer outro, tem efeitos colaterais e precisam ser avaliados o risco e benefício com relação a sua prescrição. A grande preocupação do Ministério da Saúde, que tem sido pauta de muita discussão, o risco do uso indiscriminado do medicamento pode gerar a resistência em relação ao vírus. Aí, perderíamos o único instrumento que temos no momento de enfrentamento dessa doença. Não temos dados como isso se comporta no Brasil, e nenhum relato de resistência ao medicamento. Existem cinco Países no mundo que já tem relato de resistência ao medicamento. Os Países mais desenvolvidos acabam usando mais indiscriminadamente, porque trabalham com a perspectiva da vacina já para o próximo inverno deles. Absolutamente não temos nenhum registro de óbito de médicos.

Estamos na fase de pico da doença, o mês de agosto será o mês de pico da doença. Esperamos que, a partir de setembro, possamos entrar na curva descendente da doença, mas ela não vai desaparecer. A exemplo do que está acontecendo nos Países do Hemisfério Norte, porque lá começou na primavera e continuou no verão. Vamos conviver com essa doença até a vacina. A alternativa para essa doença hoje é o desenvolvimento da vacina que ainda está em estudos, mas que já tem os seus primeiros lotes de fabricação todo comprado pelos Países do Hemisfério Norte. Há uma perspectiva de US\$ 1 milhão no Brasil até o final do ano. E há perspectiva de produção

de US\$ 17 milhões no começo do ano que vem, que seriam produzidos aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Secretário Gilberto, primeiro, realmente, parabenizar sua atitude de estar aqui na Assembleia Legislativa conversando com os Deputados. Valorizo muito quando um Secretário aceita o convite. No caso, aqui, V. Exa. se prontificou, tomou a iniciativa de vir aqui, o que é muito importante. Enquanto eu vejo outros fugirem daqui como o diabo foge da cruz.

Quero parabenizá-lo pela atitude, por sua palestra. Várias perguntas que fiz aqui já foram respondidas pela sua palestra e sua equipe. Tenho um questionamento, uma comparação, porque o Rio Grande do Sul tomou uma medida de afastar as funcionárias da área da saúde que estão grávidas, porque já foi comprovado que elas têm um risco maior. Quero saber se essa medida é eficaz e se aqui no Paraná V. Exa. pretende ou já tomou essa medida aqui ou coisa dessa natureza? Essa seria uma pergunta.

O SR. GILBERTO MARTIN

Começo objetivamente respondendo que não. Por enquanto, não tomamos nenhuma atitude desse tipo. Não fizemos ainda nenhuma discussão. Há uma preocupação com relação às grávidas porque elas têm sido uma população de acometimento da doença com evolução para agravamento. Desses 39 óbitos temos me parece três grávidas. Então, há uma preocupação porque parece que é uma população que tem um risco um pouco maior.

Nos Estados Unidos, os primeiros casos, não lembro até quando que devemos ter acompanhado a comparação, 7% dos óbitos tinha sido de grávidas. Então, existe uma preocupação sim com as grávidas. Não tivemos uma discussão específica ainda sobre o que fazer com relação a uma orientação específica. Vamos pautar sua solicitação na discussão técnica e ver o que podemos fazer em relação a isso, se é necessária alguma atitude mais drástica em relação a isso.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Realmente, é um pedido. Se caso V. Exa. achar importante e recebemos alguns e-mails nesse sentido. As outras duas perguntas: sobre o remédio V. Exa. já respondeu, a questão da fabricação e da disponibilidade e, também, sobre se tinha falta de medicamento Tamiflu e V. Exa. já respondeu. Então, agradeço muito, realmente, sua presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Secretário, em primeiro Lugar, agradecê-lo por mais uma vez atender ao convite desta Casa Legislativa. Considero fundamental sua vinda aqui, porque o que gera o boato é exatamente a desinformação e o boato gera pânico. Então, é muito importante ouvirmos sua palavra oficial para sabermos exatamente o que está acontecendo.

É evidente que, na condição de Presidente da Comissão de Saúde, acabo virando de um certo modo um paracheque em relação a este assunto. Então, são centenas e centenas de e-mails, de telefonemas que chegam diariamente com as mais variadas informações. Tenho algumas perguntas. Vou ser bastante breve, até para que todos os Parlamentares possam fazer seus questionamentos, mas gostaria de fazer essas perguntas no sistema de perguntas e respostas, rapidamente, para que fique mais didático.

O senhor afirmou aqui que são 784 casos confirmados de gripe A no Paraná. Desses 784 casos 39 casos teriam resultado na perda de vida humana. Quantos casos de mortes por doenças respiratórias ocorreram no Paraná, nos últimos 60 dias, que não sejam realcionadas a gripe A? E quantos casos aconteceram nos meses de junho, julho e agosto do ano passado? O senhor teria essa resposta?

O SR. GILBERTO MARTIN

Acho que tem uma transparência que passamos.

O SR. NEY LEPREVOST

Então, enquanto eles procuram a transparência, quero fazer uma outra pergunta, Sr. Secretário. No caso do Tamiflu, o senhor afirmou que há disponível para toda população, mas percebe-se um pânico por parte da sociedade, uma preocupação principalmente das pessoas que têm gestantes, que têm idosos e que têm crianças em casa. Não seria o caso de permitir que esse medicamento seja vendido nas farmácias com prescrição médica?

Existe aquele cidadão que não tem o dinheiro para comprar esse medicamento, então o Estado tem o dever constitucional de fornecer o Tamiflu. Agora, já que estão atendendo a população com o Tamiflu quando há prescrição médica, não seria o caso do remédio ser vendido nas farmácias, como são vendidos psicotrópicos, por exemplo, que têm efeitos colaterais muito mais graves?

O SR. GILBERTO MARTIN

Veja, Ney, em primeiro lugar, quero agradecer também as contribuições que você tem dado pela Comissão de Saúde. Acho que a Comissão de Saúde tem sido um espaço importante para as discussões das questões da saúde no Estado. Você, a Deputada Rosane, o Cheida, o Dr. Batista, o Stephanes, vocês têm sido muito importantes para nos ajudar nas discussões, porque obviamente que tem muitas questões que não conseguimos às vezes enxergar porque estamos voltados para a correria do dia a dia e

vocês, como representantes do povo do Paraná, acabam tendo acesso às informações, às situações que não vivenciamos. A discussão de vocês acaba nos ajudando muito.

Então, quero deixar bem claro isso: acho fundamental, não tem problema, mesmo que haja embates, não tem problema, acho que é dessa forma que construímos as soluções que precisam ser construídas. E tenho bastante tranquilidade para discutir as coisas: se acho que estou certo, vou bater o pé e discutir; a hora que eu descubro que estou errado, faço a minha autocrítica e mudo a minha posição. Acho, que é assim que nos comportamos e acho que é assim que temos que fazer. E tenho a responsabilidade, obviamente, do cargo que exerço e que muitas vezes ela não permite determinadas ações, e temos que debater esses limites. Estamos absolutamente à vontade e agradeço a você e a todos os nossos Deputados que muito bem representam essa comissão com o trabalho que aqui tem sido feito.

Acho que o problema da prescrição do medicamento nas farmácias foi uma decisão do Ministério da Saúde que fez uma centralização da distribuição, através do Ministério da Saúde. O Deputado Romanelli, inclusive, havia abordado essa questão comigo e chegamos a fazer algumas gestões junto ao Ministério da Saúde e, é um problema que não tenho governabilidade sobre ele - como gestor estadual eu não tenho governabilidade sobre ele.

É uma estratégia do Ministério da Saúde, me parece que pautada em orientações da própria OMS e dos organismos internacionais que orientam essa questão. Não tenho clara qual é a preocupação, mas a preocupação é com isso da resistência do vírus, de começarmos uma epidemia de H1N1 resistente ao Tamiflu porque aí seria então um desastre e evitar que se faça estoque, que a comercialização disso faça o que está acontecendo.

Eu vi o Deputado Belinati, protestando agora há pouco com a exacerbação do preço do álcool em gel. Quer dizer, que não aconteça também isso com o remédio e que não venhamos a ter todos aqueles desvios que se tem em relação a isso.

Mas, acho pessoalmente, a princípio, não tenho uma discussão muito aprofundada sobre essa situação, acho que não seria uma medida de todo ruim se tivesse a possibilidade de pessoas que possam comprar e que queiram comprar, porque os camelôs estão vendendo, trazido do Paraguai. Aliás, vamos fazer um alerta aqui: pelo amor de Deus, em hipótese nenhuma esse tipo de alternativa. A automedicação, em hipótese nenhuma com remédio "importado" sabe Deus de onde. Pelo amor de Deus.

O SR. NEY LEPREVOST

Até porque a maioria desses remédios talvez nem faça efeito ou até faça efeito negativo.

O SR. GILBERTO MARTIN

Não faça efeito. Você não sabe se foi feito seguindo todas as normas, se pegou água da torneira para fazer o remédio, estou dando um exemplo de forma sim-

plória. Mas, efetivamente isso é um risco para a saúde e eu tenho a certeza que não traz nenhum benefício e tenho quase certeza que esse tipo de coisa traz risco para a saúde.

Então, alertar de pronto para essa situação. Bom, agora essa é uma decisão do Ministério.

O SR. NEY LEPREVOST

O senhor não teria óbice nenhum se começarmos a gerenciar oficialmente junto ao Ministério que seja liderado aqui no Paraná a venda do Tamiflu nas farmácias? O senhor não se oporia a isso?

O SR. GILBERTO MARTIN

Não sei, não temos ainda uma discussão aprofundada sobre isso, mas da minha parte, não. E acho que também que tudo isso faz parte da autonomia do mandato que os senhores têm, que é uma coisa muito mais forte do que a minha atribuição. Mas, isso está dentro do que é o papel a ser cumprido. Do Tamiflu nas farmácias, acho que a observação é essa.

O SR. NEY LEPREVOST

Então, voltando à pergunta anterior, já que a transparência está colocada, e tenho certeza que o senhor a partir de 2011 está conosco, aqui, exercendo um mandato, até porque é um bom Secretário e será conhecido pela população

Vamos cuidar do problema principal, que é a questão gripe A. Quantos casos de mortes por doenças respiratórias ocorreram no Paraná, nos últimos 60 dias e também nos meses de junho, julho e agosto do ano passado, excluindo os casos em que foi comprovada a gripe A?

O SR. GILBERTO MARTIN

Deputado Ney, colocamos o comparativo dos meses de julho, ano a ano. Não foi colocado o comparativo dos últimos 60 dias. Porque também os dados, o fechamento do número de óbitos segue uma tramitação, para que tenhamos o fechamento oficial. Então, acabamos tendo dados parciais. Não conseguimos colocar essa informação. Mas posso repassá-la ao senhor, através da Comissão de Saúde, para que seja repassada aos demais Deputados.

O SR. NEY LEPREVOST

Por que algumas pessoas que estão recebendo o medicamento Tamiflu, que são consideradas suspeitas de estarem com o vírus A H1N1, não está se fazendo o exame nelas? Não seria importante, para que a secretaria, a vigilância sanitária e o Ministério possam se preparar no futuro, fazer um plano de contingência? Não seria importante saber se realmente essas pessoas que foram medicadas tiveram esse vírus? Fiz esta pergunta e explico o porquê. Não vou citar o nome, mas há um médico psiquiatra extremamente renomado, conhecido meu - esse é

um caso confirmado, não é boato de internet, é do HC, foi muito bem atendido, tomou o Tamiflu, melhorou, está em isolamento na sua casa, e ninguém solicitou que ele fizesse o exame. Está havendo necessidade de economizar no exame? Ele é muito caro?

O SR. GILBERTO MARTIN

Talvez, eu tenha comentado isso superficialmente e por isso vou tentar detalhar.

A realização do exame é um dado de importância, para o processo de vigilância epidemiológica, do comportamento do vírus, da epidemia. Na fase inicial da doença, quando tínhamos o vínculo epidemiológico com o exterior. Ou seja, os casos que tínhamos era os que tinham contato com pacientes do exterior, era fundamental que fizéssemos de todos os casos suspeitos a coleta do exame, para providenciarmos o monitoramento de como estava se comportando esse vírus, para tentarmos identificar se iríamos começar ou não a ter circulação sustentada do vírus.

Hoje, na evolução, continuamos mesmo depois de termos os primeiros casos, sem vínculo epidemiológico, com Países do exterior, continuamos realizando a coleta de exames de todos os casos suspeitos. De duas semanas para cá, mudamos a regulamentação, para que os exames sejam coletados dos pacientes, dos casos que foram a óbito, dos que estão internados em leitos de UTI e em internamento hospitalar. Dos demais casos não vamos mais fazer a coleta, porque vamos trabalhar com coleta por amostragem. De cada tantos pacientes, vamos coletar um. Hoje, já temos a confirmação da circulação sustentada do vírus. Não temos a necessidade do ponto de vista epidemiológico, de fazermos a coleta de todos os casos suspeitos.

Porque conforme informação que também demonstrei aqui, temos um predomínio de circulação do vírus H1N1, em relação ao vírus da Influenza sazonal. Portanto, teoricamente, todos os casos de gripe, hoje, são casos suspeitos de serem H1N1. Por mais que coletássemos exames de todos os casos de gripe, iríamos coletar sempre de uma amostragem de pessoas. E isso não vai nos ajudar em mais nada nesse momento. O que precisamos monitorar com bastante rigor, são os casos que se agravaram por amostragem, para percebermos se ainda está havendo circulação de vírus, regiões que ainda ele não circulou ou se ele está parando de circular em determinadas regiões. Não precisamos coletar de todos os casos suspeitos. Podemos coletar daqueles casos por amostragem - faz uma amostragem percentual. Tem o problema econômico sim, mas não é esse o principal problema, até porque o Estado do Paraná bancou a compra dos kits para realizar os exames e estamos fazendo por nossa própria conta. O que tivemos foi a autorização do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde que o laboratório estava dentro dos critérios. Então, fizemos isso, mas não precisamos fazer a coleta de todos os exames.

O SR. NEY LEPREVOST

O senhor afirmou que existem 28 mil e 10 tratamentos disponíveis para adultos e 2 mil e 200 para crianças. No entanto, uma médica, uma pediatra fez um estudo, foi publicado ontem na Gazeta do Povo, chama-se Dra. Kátia, ela disse que nesta primeira onda calcula-se que 70 milhões de brasileiros terão contato com o vírus até setembro.

Em primeiro lugar - este dado é verdadeiro? E em segundo lugar, existe Tamiflu suficiente para toda a população?

O SR. GILBERTO MARTIN

Veja, Deputado, é assim - temos tido discussão sobre isso que o senhor citou da matéria da Gazeta é a discussão sobre a chamada taxa de ataque.

Nós mesmos colocamos no site da Secretaria, e este dado estava no site da Secretaria, deve estar ainda, era um dado que estava presente, em que nós levantamos as informações sobre uma possível taxa de ataque da doença. Esta é uma discussão muito importante, porque ela tem causado certa confusão. Havia uma projeção do Ministério da Saúde, da Organização Mundial de Saúde de que se utilizasse a taxa de ataque da Influenza sazonal que dizia que 15% de uma dada população pode ser contaminada pelo vírus, o que significaria 1 milhão e meio de paranaenses contaminados pelo vírus ao longo de um ano, num período curto.

Porém, o que temos de informação hoje é que a própria Organização Mundial de Saúde diz que ainda não há uma taxa de ataque estabelecida para este vírus, porque ele é um vírus novo, ainda não sabemos qual o comportamento dele, não sabemos se vai cair, como parece que está caindo ou se ele vai subir, ainda não sabemos.

E tivemos que trabalhar, estabelecer uma taxa de ataque no início, porque fizemos um plano de contingência. Na verdade, Deputado, nós temos escrito montado um plano de contingência que vai desde esta situação que estamos enfrentando até uma situação de agravo total. Temos licitado salões paroquiais, salões de escola que existem no Estado, porque se acontecer o que tínhamos no início, nós teríamos - e Deus nos ajude que não vá acontecer, e ao que tudo indica não é o que vai acontecer - que estar com tudo isso pronto, aciona aqui, aciona lá, desencadeia isso, aquilo, inclusive para termos a projeção.

Então, foi feita uma discussão de taxa de ataque de 15% para estabelecermos o plano de contingência de enfrentamento da doença, porém, hoje não há taxa de ataque definido. Então, não podemos fazer nenhuma afirmação técnica e oficial em relação a taxa de ataque. A única projeção que fazemos é que 98% dos casos são casos benignos, 2% dos casos são casos que se agravam, e a partir daí podemos eventualmente fazer uma projeção de cálculo de eventual número de pacientes.

O SR. NEY LEPREVOST

Secretário, uma outra questão bastante importante - até porque vai determinar medidas mais drásticas ou não - em que nível de alerta estamos hoje e qual o nível de alerta que determina medidas rigorosas como fechamento de shoppings centers, agências bancárias, assim como fez o México?

O SR. GILBERTO MARTIN

Olha, nós estamos numa faixa, quer dizer, todos nós, o mundo inteiro está no nível de alerta estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, que é o nível 6.

Aqui no Paraná, dentro daquela classificação, estamos numa faixa inicial. Não estamos numa faixa como foi o caso do México. A própria Argentina teve uma intensificação muito grande dos casos. Desde o início já começou com um número muito alto.

Então, não temos hoje um nível de comprometimento da população em relação a doença e de agravamento de casos na população em relação a doença que seja determinante para que tomemos medidas de suspensão de atividades públicas, como comentei agora há pouco.

Isto é uma coisa que estamos monitorando e o monitoramento que temos, até o presente momento, indica que provavelmente não teremos necessidade de tomar este tipo de decisão e nesse momento com certeza não há nenhuma necessidade.

Aí falar para os nossos queridos Prefeitos: não há necessidade de Prefeitura estabelecer calamidade pública, isso já ocorreu em algumas Cidades, desnecessário. Andirá teve dois casos confirmados, o Prefeito decretou estado de calamidade, respeito, o Prefeito é autoridade máxima do Município, mas tecnicamente não há necessidade. Não há necessidade de medida de emergência, não há necessidade de suspensão de shopping, de comércio, etc. Hoje isso seria um fato que não repercutiria sobre a progressão da doença, portanto não justifica a tomada de medida.

O SR. NEY LEPREVOST

Para encerrar, estou aqui com um artigo que saiu no site oficial do CRM, assinado pelo médico infectologista David Uip, um dos mais respeitados do Brasil e ele recomenda que as autoridades discutam propostas para que se crie novos polos de dispensação de medicamentos, a partir da indicação médica, o aumento do número de laboratórios públicos e privados credenciados, para realização dos exames específicos e a implantação de equipes multiprofissionais volantes para dar suporte às unidades básicas de saúde. Essa seria uma questão em relação a qual eu gostaria de ouvir um comentário seu.

A outra é a seguinte, também do site oficial do CRM do Paraná, diz o site que a epidemia de gripe A no Brasil está se mostrando extremamente agressiva e grave, salvo melhor juízo necessita de medidas eficazes para sua contenção. A medicação para os casos que preenchem os

critérios clínicos, tem que ser dada dentro de 36 horas do início dos sintomas.

Nos Países Nórdicos, a prescrição deste medicamento só é feita com diagnóstico confirmado de gripe porque o exame é colhido no início da consulta e em meia hora o resultado preliminar é liberado. Só os casos confirmados recebem a medicação específica de gripe. Esse protocolo recomendado pela OMS não pode ser copiado para os Países do Hemisfério Sul, diz o site do CRM, pois não contam com a rapidez do diagnóstico como no Hemisfério Norte, a menos que isso fosse viabilizado.

Eu perguntaria hoje qual é o tempo médio para que uma pessoa que apresenta os sintomas da gripe A como febre alta, tonturas, dores no corpo, qual é o tempo médio que essa pessoa está levando, aqui em Curitiba e na região metropolitana para obter o medicamento Tamiflu?

Perguntaria também a mesma coisa em relação ao interior do Paraná.

O SR. GILBERTO MARTIN

Deputado, primeiro: esses exames que são chamados testes rápidos são de resultados não seguros, eles podem fazer o diferencial entre saber se é Influenza ou se não é Influenza, mas mesmo assim ainda não temos uma absoluta segurança em relação ao resultado e jamais, por esses exames, dá para sabermos se é H1N1 porque esse é só o PCR em tempo real. Quer dizer a única forma de fazer é a forma como estamos fazendo no LACEN, então ele não é uma medida de eficácia, do ponto de vista do controle epidemiológico da doença e mesmo em relação à prescrição. Por quê? Porque a orientação relativa à prescrição é em relação de que é feito o diagnóstico clínico, se o médico consultante faz o diagnóstico e tem certeza que precisa do medicamento ele vai prescrever o medicamento independente do resultado laboratorial.

Então, digamos, nós encareceríamos o processo para um resultado que não nos daria nenhuma informação muito segura, tanto em relação à prescrição como em relação ao comportamento epidemiológico da doença.

O SR. NEY LEPREVOST

Mas Secretário, um detalhe: quando a pessoa apresenta o quadro, mesmo que não tenha feito o exame laboratorial, mas ela apresenta o quadro, qual é a média de tempo que está levando?

O SR. GILBERTO MARTIN

Sinceramente eu não tenho com exatidão isso, mas a orientação é aquilo que nós projetamos aqui: o médico faz a consulta, faz o diagnóstico, faz a receita de prescrição do remédio, preenche o documento de notificação, preenche a ficha de encaminhamento de solicitação do medicamento, são três documentos que estão no site da Secretaria Estadual, da Secretaria Municipal e do Ministério da Saúde. Preenche e com esses três documentos em

punho o paciente vai procurar o centro de referência, que aqui em Curitiba são os CEMUNS - Centros Municipais de Especialidades.

Aqui existe um acordo entre o gestor estadual e o gestor municipal, quer dizer, a rotina estabelecida pelo Ministério é de que o médico fez a prescrição, preenche esses documentos, o gestor local define aonde que o paciente vai buscar o remédio. E, naquele local, o remédio fica à disposição para ser entregue.

O SR. NEY LEPREVOST

Não daria para desburocratizar um pouco mais esse trânsito do paciente suspeito, isso não iria evitar que ele fosse a menos lugares e contaminasse outras pessoas?

O SR. GILBERTO MARTIN

Acho que mais desburocratizado que isso é impossível. Porque o ideal, seria se todos os consultórios médicos tivesse o remédio, mas você terá uma perda absoluta de controle mesmo da distribuição desse medicamento, do uso desse medicamento, do acesso adequado ou não ao medicamento. Nem sempre é só o médico, às vezes você tem um consultório com vários profissionais e às vezes é uma outra pessoa que vai cuidar desse tipo de detalhe.

Então essa é a forma mais descentralizada que tem. Aqui em Curitiba você tem os Centros Municipais de Especialidades e está sendo feita a descentralização para alguns serviços: HC, Hospital Pequeno Príncipe que são locais que têm o encaminhamento dessa descentralização. Isso já é uma descentralização razoável e é o mínimo de burocracia. Sai do consultório do médico e vai direto a um centro de distribuição buscar o remédio. E se alguém tiver mais alguma dúvida e tiver ocorrido alguns ruídos vou passar de novo o número, que é 0800-6438484.

O SR. NEY LEPREVOST

Secretário quero parabenizá-lo pela postura democrática, sempre elegante. Dizer que percebo que a operacionalização do fornecimento do remédio melhorou bastante de quarta-feira da semana passada, quinta-feira da semana passada para cá. Parabenizo sua equipe que tem todo motivo para me achar um chato, porque, realmente, temos sido insistentes e em determinados momentos, até um pouco duros em relação à SESA. Mas, estamos cumprindo nosso papel constitucional que é fiscalizar a atuação do Poder Executivo e, portanto, entendo que os senhores compreendem essa nossa postura, às vezes um pouco mais rígida.

Obrigado.

Para terminar: podemos tranquilizar a população de que não faltará Tamiflu para a população do Paraná?

O SR. GILBERTO MARTIN

Podemos tranquilizar a população: não vai faltar Tamiflu para a população do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Peço aos eminentes Parlamentares que sejam mais rápidos.

Deputado Marcelo Rangel

O SR. DEPUTADO MARCELO RANGEL

Parabenizo V. Sa. pela disponibilidade, pela responsabilidade de vir a esta Casa para responder as questões dos Parlamentares e as questões dos cidadãos paranaenses. Parabéns!

Porém fiquei preocupado com alguns números. O senhor passou na terceira transparência, doutor, os números confirmados das mortes no México 17 mil e 416 casos confirmados sendo que foram 146 óbitos; aqui no Paraná foram 784 casos confirmados e 32 óbitos, e agora temos uma informação atualizada que foram 39 óbitos. Quando se falava a respeito desse vírus, a princípio, os especialistas médicos diziam que a taxa de mortalidade era inferior a 0,1%. Nesses casos, fazendo uma análise, a taxa de mortalidade no Estado do Paraná é muito elevada. Também fiz uma coleta de dados do Ministério da Saúde e chegamos à conclusão de que o Estado do Paraná é o segundo Estado com maior número de óbitos do Brasil - proporcionalmente. Santa Catarina foram 5, São Paulo foram 69 - mas com uma população muito maior, Rio Grande do Sul 49, Rio de Janeiro 28 óbitos confirmados. E o Paraná 39 óbitos, ou seja, uma média de uma morte para cada 321 mil e 382 habitantes, o que daria um pouco mais de 5% a taxa de mortalidade desta gripe.

Doutor, a que se deve isso: seria um diagnóstico mais tardio nos postos municipais? Também é importante dizer que na Argentina onde aconteceram 337 mortes, senão me falha a memória, e nos Estados Unidos que teve pouco mais de 400 e poucas mortes e aqui, no Brasil, já estão confirmados 191 óbitos. Sendo que o Brasil, teve contato com vírus de maneira tardia. Esses Países que citamos, como é o caso do México, teve contato com a doença no início do ano. E nós, da noite para o dia - dois meses, recebemos essa enxurrada de notícias também preocupantes. Então, gostaria de fazer esse questionamento com relação à taxa de mortalidade no Estado do Paraná e perguntar ao senhor que é doutor, que é uma pessoa de grande responsabilidade, sério e competente à frente da Secretaria com relação à evolução da doença; a Secretaria da Saúde pode prever que essa disseminação possa começar a recuar dentro de quanto tempo? Porque no México começou a estabilização e em outros Países também.

No Estado do Paraná pode acontecer esse recuo? Dizem alguns especialistas que, infelizmente, teremos dias difíceis pela frente, talvez semana, talvez meses. A pergunta que o povo paranaense gostaria de saber: existe a possibilidade de prorrogar a volta, o retorno, das escolas municipais? Também com relação a outros estabelecimentos, a outros órgãos públicos, se existiu essa determinação com relação às escolas estaduais, por que

também não em outros prédios públicos, em outros órgãos públicos?

Era isso, também essas perguntas faço através da Comissão de Saúde da Assembleia.

O SR. GILBERTO MARTIN

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel, pelas suas palavras, fico muito grato e transfiro também a toda a nossa equipe. A Secretaria é uma grande equipe e todos trabalhamos bastante unidos.

Acho muito importante as suas perguntas. O Senhor toca em algumas questões realmente importantes nessa discussão.

Veja bem quando a gente discute letalidade, doença, ou seja, o quanto que ela está provocando de mortes. A discussão da taxa de letalidade, ela é uma discussão matemática e, portanto, é uma discussão estatística. Você vai ter no numerador um dado, no denominador outro dado e vai multiplicar por 100 para estabelecer o percentual. Geralmente é o número de óbitos, pelo número de casos confirmados vezes 100.

Algumas questões que acho que elas impactam nesses dados, e se a gente fizer apenas uma interpretação dos números, corremos sempre o risco de provocar algumas distorções na interpretação.

Em primeiro lugar, em relação aos exames nos casos confirmados, nós mudamos a regra de cálculo de casos confirmados, porque teoricamente hoje todo caso de gripe, ele é um caso suspeito. Se a utilizarmos esse parâmetro, na verdade vai alargar bastante o denominador, obviamente, a letalidade cai. Porque teoricamente todo o caso de gripe é um caso suspeito.

Os casos confirmados que nós temos, são casos daqueles que nós coletamos os exames e dos exames que foram realizados. O Marcelo estava me lembrando aqui, nós ainda temos 2 mil e 800 exames para serem realizados. Ele vai impactar tanto no número de óbitos quanto nos números de casos descartados.

Mesmo assim, ele é um pedaço do problema, como se nós tivéssemos passado um corte no problema e consequido cortar um determinado pedaço. Então ele não é um dado que reflete o número real.

Essa discussão me lembro quando estive no Rio Grande do Sul, o pessoal estava fazendo. Não, mas se a gente for analisar pelo número de casos confirmados com o número de óbitos, vamos ter uma letalidade que é a maior do Mundo. Eles falavam na época.

É uma situação parecida com a nossa. Se trabalharmos apenas casos confirmados pelo número de óbitos, vamos ter uma letalidade muito grande. Então, na verdade temos que trabalhar, esses são números que servem de parâmetro para a gente. Mas hoje, entendo que não temos um cálculo real de qual é a letalidade da doença em nosso meio. Não temos como fazer esse cálculo com muita segurança. Por quê? Caso confirmado, bom primeiro que a gente sempre pega um pedaço do todo. Segundo, que além da gente pegar um pedaço do todo

nós definimos recortes para esse pedaço. Estamos coletando exames de óbitos, de casos que estão em UTI, de casos internados e uma amostra de exames que estão sendo feitos por regiões.

Estamos pegando um pedacinho ainda menor, porque não há necessidade de estarmos fazendo exames de todos os casos suspeitos de gripe. Ele não acrescentaria nada, geraria uma pilha de exames que nunca conseguiríamos vencer a realização desses exames. Geraria um determinado custo também, mas não conseguiríamos fazer avançar. Ele não daria nenhuma informação nova.

Por isso, que a Organização Mundial de Saúde já não está trabalhando mais com o conceito de casos confirmados, ela só trabalha com o número de óbitos.

Na verdade, você não tem um parâmetro de cálculo para taxa de letalidade da doença. Você vai ter a hora que fechar todo o comportamento da doença, que tivermos condições de fazer as projeções de comportamento do vírus que vão ser feitas, como foram feitas todas as demais baseadas no número de óbitos.

Aí você talvez tenha condições de ter um cálculo de letalidade que seja o real.

Não dá para fazermos comparativos. Será que a letalidade do Paraná é maior ou menor do que do México, do que os outros Estados. Essa é uma primeira discussão.

A segunda discussão: o Paraná está fazendo seus próprios exames através do seu próprio laboratório, passamos a ter uma velocidade de exames muito maior do que a velocidade dos outros Estados.

Obviamente os nossos números vão ser números substanciais. Para citar um exemplo, quando começamos a fazer o exame no LACEN, os exames que o Ministério da Saúde nos dava era de quatro óbitos confirmados. Até na quinta-feira tinha sido um último boletim. Na terça-feira quando o Ministro veio, já sabíamos que tínhamos 25 óbitos e não quatro óbitos. Se nós tivéssemos continuando a fazer pelo Ministério, talvez, tivéssemos sete óbitos hoje e não 39 como nós temos.

O Rio Grande do Sul está fazendo pelo Ministério de Saúde, o número de sete para 39, é uma realidade de uma semana atrás, 10 dias atrás. Os números deles vão ser números menores do que o nosso. Isso não corresponde à realidade do comportamento da doença.

Tenho uma tranquilidade muito grande de saber que por mais drástico, duro que seja, nós temos a fotografia mais real da doença hoje no País. O Paraná sabe o que está acontecendo com essa doença no Estado. Os números que temos são números reais. Não estou trabalhando com dados de ontem, estou trabalhando com dados de um, dois dias, três, no máximo de diferença.

Esse é um dado porque dá essas diferenças.

Se por um lado é ruim que tenhamos números reais, por outro lado é muito bom sabermos o que está acontecendo. É a mesma coisa você saber que tem uma doença e não querer fazer o exame com medo de saber o resultado do exame. Melhor fazer o exame, se for uma coisa muito ruim que estiver no resultado do exame, o teu

médico começa as providências necessárias e inicia o tratamento. Estamos numa situação parecida com essa sobre essa questão.

Sobre a evolução da doença. A interpretação que temos é um pico da doença até o final do mês de agosto. Deve ter uma tendência a partir de setembro a começar a cair. Porém, como disse, a exemplo do que aconteceu nos Países do Hemisfério Norte que a doença começou na primavera, a doença vai cair e não vai desaparecer. Acho que essa doença, ela vai se prolongar até o momento que tenhamos a vacina no nosso meio. Ela não é uma corrida de curta duração, ela é uma corrida de longo curso.

Por isso que não adianta querer decretar estado de sítio, estado de calamidade pública, fechar. Pode ser que tenhamos que fazer isso, espero que não, pode ser que tenhamos que fazer como medida mais concreta. Se ficarmos queimando etapas agora, vou usar uma expressão que é “tirar o sapato antes de chegar no rio” é besteira, não vai resolver o problema, cria outros problemas e amplia a instabilidade da população e temos que tentar não alarmar a população nesse momento, porque alarmar simplesmente não vai resolver o problema, temos que conduzir isso com muita cabeça fria.

A questão das aulas. Por enquanto estamos monitorando, para ver o impacto, digo para vocês que no dia 17 retornamos efetivamente as aulas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero solicitar aos Srs. Deputados que ainda desejam inquirir o Secretário, que já está falando duas horas e 40 minutos, que sejam compreensíveis, sejam breves, até porque a imprensa está aí há um bom tempo, para ter a palavra do Secretário, que irá para todos os paranaenses, para que evitemos que nos tornemos repetitivos. Também vou pedir ao Secretário, queremos liberar o senhor o mais rápido possível, porque sabemos da sua importância, neste momento.

Deputada Rosane Ferreira

A SRA. ROSANE FERREIRA

Rapidamente. Primeiro, porque muitos dos questionamentos que eu tinha, já fui contemplada com as perguntas dos demais Deputados. Quero agradecer sua estada aqui, Dr. Gilberto, nós conversávamos na segunda-feira, quando falei que iria protocolar na Casa um requerimento pedindo sua presença aqui, o senhor me disse que atenderia e que já viria aqui na quinta-feira, para a questão da prestação de contas da Saúde. E o senhor aqui está, atendendo ao nosso chamamento.

Quero agradecer a oportunidade para também parabenizar pelo programa que foi colocado ontem ao ar, na TV Educativa, onde técnicos da Secretaria da Saúde, o Diretor do LACEN, que aqui está presente, estiveram por quase duas horas num programa muito, muito interessante, que foi levado ao ar num debate muito esclarecedor. Então, pela presença de alguns técnicos que lá

estavam, juntamente com a Secretária Yvelise, sabemos que vocês estão fazendo um grande trabalho.

Muito obrigada e obrigada também pelas diversas vezes que eu o procurei, procurei-o semana passada pedindo informações e esclarecimentos, e sempre fui prontamente atendida.

Muito obrigada.

O SR. GILBERTO MARTINS

Quero agradecer à Deputada Rosane Ferreira pela sua participação, as contribuições que V. Exa. tem dado para a Secretária, e dizer que a Deputada Rosane Ferreira é também uma referência que temos nesta Casa, na discussão das coisas da Saúde.

Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON

Secretário, primeiramente quero cumprimentá-lo pela sua explanação, pela maneira objetiva, clara, com que vem a esta Casa, com todo respeito, colocar aos Deputados e à sociedade de que forma o Estado está enfrentando esta Gripe A.

Queria só algumas informações que são interessantes, por exemplo, sabemos que o Estado tem controle certo de origem, de que lado veio e chegou ao Brasil este vírus. Se foi via Argentina, México, ou coisa parecida. Então, queria saber se existem pessoas que foram contaminadas, foram atacadas, que eram pessoas saudáveis e que a gripe foi muito agressiva, levando a óbito. E outras, não. Esta agressividade do vírus pode ter ocorrido em função do tipo de vírus, uns mais agressivos e outros menos. Ou é fundamentalmente em relação à imunidade da pessoa?

O SR. GILBERTO MARTINS

Deputado, eles chegaram de todas as localidades que o senhor citou. E na verdade tem a ver, mais, com a resposta do organismo de cada pessoa, neste caso. Porque este vírus tem uma características de virulência mais ou menos semelhante. Não há, ainda, estudos que digam se ele tem uma virulência diferente, se teve uma mutação que fez com que alterasse sua virulência. Agora, ele é altamente virulento, de qualquer forma, nos casos em que ele se agrava. Muito embora, como já disse, 98% dos casos são absolutamente benignos e alguns inclusive assintomáticos. Mas, em algumas pessoas ele tem uma reação muito intensa e em alguns casos acaba matando.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exato. Outra questão, foi colocado que 84% dos vírus que estão circulando são H1N1. Correto?

O SR. GILBERTO MARTINS

Oitenta e quatro por cento dos resultados dos casos que deram positivo, o que significa que há uma predominância, não dá para afirmar números, mas há uma predo-

minância da circulação do H1N1 em nosso meio. Mas, entre o vírus sazonal e o H1N1, hoje, temos a predominância do H1N1.

O SR. EDSON STRAPASSON

Poderíamos afirmar de forma probabilística que é muito mais provável que qualquer pessoa que tenha sintoma de gripe tenha também a maior probabilidade de ser H1N1, ou não necessariamente?

O SR. GILBERTO MARTINS

Se for gripe e não for resfriado, se for gripe é aquilo que eu falei. Na verdade para nós, para mim, pelo menos como sanitarista, todos os casos de gripe eu considero como suspeitos de ser H1N1.

O SR. EDSON STRAPASSON

E a última pergunta é a seguinte: considerando que quanto maior a aproximação entre as pessoas maior é o risco delas contraírem ou serem atacadas pelo vírus, temos por exemplo na Região Metropolitana, no Paraná inteiro, os horários de pico de transporte coletivo, onde as pessoas estão literalmente desesperadas porque têm que trabalhar naquele horário, e nesses horários os ônibus estão abarrotados, veículos com 100, 120 pessoas, muitas vezes com o clima frio, chovendo, tudo fechado aí começam os conflitos, um quer abrir, o outro quer fechar, e surge o desespero. Não seria recomendável o Estado solicitar, através da Associação Comercial que houvesse temporariamente, pelo menos nesse período de inverno, uma mudança de horário, uma flexibilização para evitar que tivéssemos, no mesmo horário, uma sobrecarga maior nos veículos de transporte coletivo, ou o senhor acha que isso seria desnecessário?

O SR. GILBERTO MARTINS

Acho que neste momento não há necessidade dessas medidas; neste momento devemos tocar a vida normalmente, porque do ponto de vista do comportamento que nós dissemos, epidemiológico da doença, ou seja, da capacidade de expansão, então a expansividade do vírus em relação a essa população que circula nos ônibus, que trabalha, é muito baixa. Há um risco de contaminação, é claro, que é semelhante ao que as pessoas têm fora desse ambiente.

Então, o que as pessoas devem fazer para diminuir ainda mais essa probabilidade para sua proteção, é manter os vidros abertos, se estiver chovendo, frio, pelo menos uma fresta para circular ar, e tomar os cuidados de higiene, lavar as mãos, evitar, se estiver gripado não ir trabalhar. Essa é uma recomendação básica: está gripado, fique em casa. Se todo mundo que estiver gripado ficar em casa, o vírus não tem como se propagar para outras pessoas.

Então, resumindo, não há necessidade, por enquanto, Deputado, de tomarmos essa medida. Ela não

altera em nada o risco que as pessoas correm em relação a doença. Com isso ou sem isso, o risco é o mesmo.

O SR. EDSON STRAPASSON

Temos que lembrar, pelo menos eu entendo assim, que a pessoa pode estar contaminada, transmitindo, mas não tem sintomas e está indo trabalhar, aí ele estaria transmitindo sem saber.

O SR. GILBERTO MARTINS

Mas mesmo assim, são cálculos estatísticos, matemáticos. Você trabalha com a probabilidade de expansão do vírus em determinadas atividades. Quais atividades têm mais risco de fazer uma expansão mais intensa? Hoje, neste momento em que estamos, a única atividade que tinha risco de amplificar a expansão do vírus, que tinha esse risco, eram as atividades escolares, por isso a opção da sua suspensão. As demais atividades têm um risco semelhante. Assim, ela tem um risco muito pequeno e é um risco igual elas acontecendo ou não, no estágio que a doença está hoje. Entendeu? O risco de você parar tudo, decretar feriado por 10 dias, parar a economia do Estado, o risco de transmissão da doença vai ser o mesmo que se não parar nada. Então, não tem porquê alterarmos o cotidiano das pessoas e não tem nenhum benefício imediato.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Cheida com a palavra.

Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Obrigado, Presidente.

Dr. Gilberto Martin, queria em primeiro lugar cumprimentar V. Sa. e toda a equipe pela presteza, pela capacidade de resposta que a Secretaria deu a um problema tão grave como esse. Duas perguntas bem objetivas. Primeiro: existe algum protocolo que os Países menos afetados, Itália, me parece que alguns Países como o Irã e outros mais, tenham feito o que o Brasil não fez. E se fez, por que existe tanta diferença na incidência da doença nesses Países?

A segunda questão: como a virulência é tão grande já confirmada desse vírus, por que não recomendar evitar aglomerações? Digo isso porque ontem à noite conversei com um Pastor de Londrina, e ele tentava me convencer que isso é conversa, que isso já havia passado, que ele havia conversado com o Secretário da Saúde e tinha afirmado a ele que no ano passado morreram mais do que o dobro de gripe comum.

Ainda fica aquela dúvida se é para valer ou estamos fazendo tempestade num copo d'água? A Secretaria deveria fazer uma recomendação muito clara, porque tem muita gente fazendo o que dá na telha. Gostaria de sugerir que fosse bastante enfático com relação a isso, caso contrário, dá impressão de que é importante, mas tanto

faz evitar aglomeração ou não, porque o resultado será o mesmo. Acho que não é isso.

O SR. GILBERTO MARTIN

Sobre os protocolos da Itália, sinceramente, não conheço. O fato concreto é que, principalmente aqui nas Américas, no Hemisfério Sul, teremos sido acometidos de uma forma intensa.

Os estudos que temos em relação à aglomeração é de que a suspensão de atividades de aglomeração, neste momento, não têm um impacto de muita efetividade no processo de expansão da doença, de que a doença vai se expandir na mesma velocidade ocorrendo ou não a suspensão dessas atividades. No caso das escolas, têm uma grande capacidade de expansão do vírus. Nas atividades ocasionais, os dados que temos, epidemiologicamente, é que eles não repercutem, com intensidade neste estágio que a doença está. Então, criaríamos, intensificaríamos o pânico na população em relação a isso. Criaríamos uma falsa sensação de proteção que, efetivamente, não estaria ocorrendo e não obteríamos resultado.

Talvez poderíamos aproveitar esses locais, como cultos, como pontos de aglomeração para quem está gripado não sair de casa, a colocação da intensificação do hábito de lavar as mãos, proteger na hora de espirrar e de falar. Talvez, se aproveitarmos esses espaços, eles poderiam ter alguma repercussão, mas os dados que o pessoal tem discutido conosco, estatisticamente falando, do ponto de vista da expansão da doença, não tem a repercussão. O que não significa que devemos minimizar o problema.

Realmente, é preocupante um depoimento como este que V. Exa. ouviu e que está retransmitindo, porque não corresponde à realidade. Dias atrás falei que ficamos em cima do fio da navalha entre não podermos desesperar a população, mas não podemos desmobilizar. É esse equilíbrio que estamos tentando achar. Por enquanto, teoricamente, tecnicamente falando, não há indicação de determinação de suspensão de cultos, de pontos de concentração, no presente momento. Pode ser que daqui a uma semana tenhamos que falar exatamente o contrário disso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista

O SR. DR. BATISTA

Secretário Dr. Gilberto e toda Secretaria, acompanhando aqui cada passo da sua exposição, estamos vendo a tranquilidade que o senhor passou, hoje, para toda população do Estado do Paraná.

Quando ouvi o Deputado Jocelito Canto dizendo que não precisamos politizar em cima da Saúde para promoções, para sair na televisão ou coisa parecida, temos que tranquilizar a população. Acho que esta

aula do senhor, hoje, com certeza, vai ser reapresentada à noite e mais dias, e a população vai ficar mais tranquila.

Acompanhando a pergunta do Deputado Strapasson, quando ele diz que antes do pródromo, quando a pessoa não está ainda com coriza, com tosse, com amidalite, com mialgias, aquelas dores tomando todo seu corpo, a pessoa está transmitindo o vírus, sim senhor.

O SR. GILBERTO MARTIN

Dois dias antes da manifestação clínica.

O SR. DR. BATISTA

Isso. Depois que apresenta os sintomas, é claro que já está o quadro. Ninguém está vacinado contra esse vírus porque não existe vacina ainda. Não é verdade? Sabemos, Secretário, que na sua exposição deixou tão claro, hoje, que a população do Estado do Paraná, com certeza, não pensando na população mundial, vai ficar bem tranquila.

Quero fazer uma pergunta. O senhor disse que a Influenza atinge muito mais os velhos, claro. Não é?

O SR. GILBERTO MARTIN

A sazonal, sim.

O SR. DR. BATISTA

Sim. Crianças até 10 anos têm Influenza?

O SR. GILBERTO MARTIN

A sazonal normalmente pega nos dois extremos, mas esta H1N1 está pegando população de idade mais baixa também. Menos, mas está pegando também. Sem óbito, por enquanto.

O SR. DR. BATISTA

Eu fiz a seguinte pergunta ao colega que esteve aqui, o Dr. Marcos: a pessoa entra em óbito, os parentes realmente têm que ficar isolados?

O SR. GILBERTO MARTIN

Tem que fazer isolamento sim.

O SR. DR. BATISTA

Você pode ir ao velório normalmente?

O SR. GILBERTO MARTIN

Claro, tranquilo.

O SR. DR. BATISTA

Então, essa é uma resposta que ficamos devendo para a população, e quero parabenizar a apresentação do senhor e a toda equipe da Secretaria da Saúde. Não podemos esquecer, Dr. Gilberto, do Governador, que por meio do laboratório tem se empenhado muito em defender o nosso Estado.

O SR. GILBERTO MARTIN

Com certeza. É o Governador quem libera o recurso, quem autoriza, quem deixa fazermos, quem manda fazer, inclusive se está achando que não estamos fazendo do jeito que tem que fazer. Obviamente, todas essas ações que estamos fazendo têm a determinação do Governador Roberto Requião amparando e dando a retaguarda para que elas aconteçam. Muito bem lembrando pela sua pessoa.

O SR. DR. BATISTA

Com toda essa equipe da Secretaria que o senhor tem nas mãos, com todas essas pessoas capacitadas e com essa tranquilidade que o senhor passou para a população do Estado do Paraná, eu também estou muito tranquilo quanto à posição do nosso Estado, dizendo: não faltará medicamento, quando necessário, com indicação médica.

Parabéns, Dr. Gilberto, a toda Secretaria e ao Governo do Estado.

O SR. GILBERTO MARTIN

Obrigado, Dr. Batista, com a ressalva da preocupação levantada pelo Deputado Cheida, de que temos que tranquilizar a população, e cada um tendo os seus cuidados: está gripado? Não vá aos locais, tome todos os cuidados individuais. Teve manifestação dos sintomas da doença? Procure atendimento médico. Fazendo desse jeito, as coisas vão fluir adequadamente.

Deputado Felipe Lucas

O SR. FELIPE LUCAS

Quero cumprimentar o Secretário da Saúde, Dr. Gilberto, a sua equipe técnica, toda a Secretaria e todas as outras Secretarias do Estado, e principalmente as regionais pelo trabalho que vêm desenvolvendo. Hoje a sua explanação foi tranquila e, ao mesmo tempo, foi técnica. É isso que precisamos: evitar que, às vezes, comecemos a fazer algumas sugestões que, me parece, não são importantes do ponto de vista técnico. Então, é importante que a Secretaria se mantenha em um nível técnico.

Tenho alguma coisa, assim, que vejo de tão importante, e houve uma sugestão no início, não lembro de qual Deputado, temos uma preocupação com referência às gestantes. A nossa preocupação são os jovens e as gestantes, embora nos preocupemos com todas as pessoas. Mas, essa questão das gestantes, acho que é importante que a Secretaria, com toda a sua equipe e com as regionais, fala os estudos.

Uma outra questão importante é que hoje temos a medicação nas regionais, enquanto alguns Estados populosos, mais populosos do que o nosso, infelizmente não tiveram isso. Isso é verídico e todos nós, que trabalhamos na área da Saúde ou lemos, sabemos disso.

Uma outra questão importante é: eu não sei por que os médicos e o pessoal de enfermagem, Deputado

Cheida, Dr. Batista, somos iguais, o pessoal da enfermagem e outras pessoas, da mesma forma podemos nos infectar e morrer. Lógico, teremos que ter até uma preocupação maior, porque trabalhamos em uma área, principalmente as pessoas que estão em contato, estão trabalhando em uma área que podem contrair a doença bem mais do que algumas pessoas. Portanto, não vejo porquê, nos ônibus, está ao ar livre, não há motivo para ficarmos alardeando com a questão do ponto de ônibus.

Uma outra questão, os Estados Unidos e alguns Países dizem que talvez haja a necessidade daquela preocupação com escolares também. Isso é um protocolo do Estado, sabemos da responsabilidade que tem o Governo do Estado, o Governador, a Secretaria.

Quero parabenizar também pela Secretaria ter feito um convênio com a PUC para manipular remédios, principalmente para as crianças. Em outros Estados não tem isso e vocês fizeram um convênio para tranquilizar a população. E parece também que está muito claro que é importante que as Regionais de Saúde distribuam a medicação, porque se partimos para as farmácias, e aquilo que foi dito aqui, principalmente por alguns profissionais, sabemos que daqui a poucos dias vão ser usados remédios falsificados. Então, está certa a Secretaria nesse protocolo, nessa forma de que seja estabelecido por regionais.

A minha preocupação seria com referência à quarentena: seriam necessários sete dias ou menos? É uma questão muito discutida, mas seria essa a questão. Acho que está de bom tamanho.

Obrigado pela sua explanação e passe ao Estado, de toda forma.

O SR. GILBERTO MARTIN

Estou dizendo que a quarentena de sete dias é obrigatória, porque são sete dias de manifestação clínica, período de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador, com a palavra o Deputado Professor Lemos. Logo após os Deputados Belinati e Romanelli.

Deputado Professor Lemos

O SR. PROFESSOR LEMOS

O Secretário e sua equipe estão de parabéns, não só pelo enfrentamento da Gripe A, mas todo o trabalho que vem desenvolvendo frente à essa Secretaria.

Fazer um apelo ao Secretário pelas pessoas que são mais vulneráveis a Gripe A, como os diabéticos, cardíacos e especialmente as grávidas, dando a proteção, principalmente neste período ainda bastante frio, no inverno. Que nos próximos 30 dias fosse emitida pela Secretaria da Saúde uma orientação, recomendação, para que fossem poupados, principalmente naqueles locais onde o trabalho é realizado com grandes concentrações, como

shoppings, escolas, que temporariamente pudesse sustar a ida também de servidores desse grupo, que correm risco no trabalho. Percebo uma preocupação muito grande, principalmente por parte das servidoras grávidas, que nos telefonam e mandam e-mails. Aonde passamos pelo interior do Estado, as grávidas estão muito preocupadas, porque aí são duas vidas correndo o risco.

O SR. GILBERTO MARTIN

A orientação para as grávidas é para que elas evitem o contato com pessoas que estejam com gripe, porque pode ser um caso suspeito e elas têm uma suscetibilidade maior. Aquelas pessoas que estão em atividade, que possam ter contato com pessoas gripadas, vão merecer uma atenção diferenciada. Precisamos definir isso com mais clareza. Temos dado orientações, mas talvez tenhamos que tomar uma decisão mais precisa. Vamos analisar isso dentro da Secretaria, já que essa é uma das solicitações dos Deputados, da Assembleia Legislativa, cuidando de alguma medida específica em relação às grávidas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Antonio Belinati.

(Declina)

Com a palavra o Deputado Romanelli, para que em nome da Assembleia faça os nossos agradecimentos.

Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezado Secretário Gilberto Martin e demais integrantes da equipe da Secretaria da Saúde e diversos órgãos do Governo que aqui se encontram.

Não tenho dúvida de que a sua presença nesta Sessão Plenária da Assembleia, atendendo o convite que havia sido formulado por diversos Parlamentares e pela Liderança do Governo, indiscutivelmente, serviu para desmistificar muitos boatos que circulam pela Cidade e pelo Estado. Ao mesmo tempo, penso que todas as pessoas que agem de boa fé, a partir do seu depoimento e dessa prestação de contas, saberão informar a todos os agentes políticos e públicos sobre todas as medidas e procedimentos que foram, estão sendo e possivelmente serão tomados, em face dessa pandemia. Porque essa pandemia, junto com a pandemia da Gripe A, vivemos um verdadeiro pandemônio da desinformação havida, é claro, de pessoas que acreditam nas lendas urbanas.

Temos, de fato, um tema que é muito preocupante, é grave, muito grave, basta ver os números que foram apresentados de pessoas internadas em leitos hospitalares, pessoas supostamente com a Gripe A em leitos de UTI, que também passa de uma centena, ou seja, temos indiscutivelmente uma questão de Saúde Pública muito grave.

Coloco isso, mas quando se analisa comparativamente o que aconteceu nos outros Países e nos Estados, temos parâmetros para poder analisá-los.

Mas isto, Secretário, penso que o senhor e sua equipe, com competência, vêm cuidando dos 10 milhões e 500 mil paranaenses, que é nossa responsabilidade.

O fato do Governo do Estado e, aliás, com o seu posicionamento, desde logo fazer com que o Laboratório Central, o LACEN, pudesse de forma efetiva proceder aos exames aqui no Estado. Eu disse aqui nesta Casa mesmo, que nós, muito provavelmente, nas estatísticas como em outras áreas, por darmos transparência a tudo que acontece no Estado, certamente surgiram críticas.

Mas isso, indiscutivelmente, faz parte de um processo importante de dar transparência para a população, e reafirmo aqui aquela posição, já manifestei semana passada, penso que deve ser uma posição nossa, do ponto de vista de política administrativa, de formular ao Ministério da Saúde, a possibilidade que o fabricante do medicamento comercialmente conhecido como Tamiflu, poder, de fato, com critérios é claro, mas colocá-lo à venda nas farmácias, o que certamente diminuiria muito a pressão, diria até da opinião pública, mas mais do que tudo das pessoas, que efetivamente ficam muito aflitas.

Digo isto respeitando, naturalmente, tudo o que está sendo feito, e muito bem feito, que tem integralmente o nosso apoio e não tenho dúvida que esta Casa, hoje, teve no seu depoimento, nesta prestação de contas, uma ótima impressão. E para nós o fundamental é manter justamente este diálogo, para que possamos melhorar ainda mais aquilo que já está sendo bem feito.

Por isso, parabéns a V. Exa., parabéns a toda equipe da Secretaria da Saúde e dos demais órgãos envolvidos, a todos os Municípios com suas Secretarias da Saúde, aos profissionais da área médica, os profissionais de outras disciplinas, mas também vinculados à área da Saúde, que são absolutamente fundamentais num momento igual a este.

Por isto, acho que vivemos aqui hoje uma tarde importante, que certamente, a partir dela, cada um destes Parlamentares será um agente reprodutor das medidas importantes que estão sendo tomadas e que deverão ser tomadas, porque sabemos que antes de melhorar esta situação, ainda vai piorar. Por isto que temos que trabalhar de forma unificada e bem articulada.

Era isto, obrigado.

Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, rapidamente, o ilustre Secretário, com esta equipe maravilhosa que está aqui, são grandes profissionais da área da Saúde. Apenas, Secretário Gilberto Martin, para agradecer V. Exa. pelo gesto, com esse charme, com a simpatia e competência, e acima de tudo com responsabilidade, este ato de respeito

a esta Casa, mais de três horas falando sobre essa pandemia, a gripe H1N1, é um respeito de V. Exa. com todo o povo do Paraná.

Então, V. Exa. receba a nossa gratidão, e que Deus continue abençoando V. Exa., esta equipe, seus familiares e todos os profissionais que estão empenhados em garantir a saúde da população e combater essa gripe que tanto medo tem causado no nosso povo.

Muito obrigado pela presença de V. Exa., fazendo esta comunicação de mais de três horas da tribuna e pela TV com os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Dr. Gilberto, para suas despedidas e depois continuaremos com a Sessão. Secretário, o comitê de imprensa o aguarda com ansiedade.

O SR. GILBERTO MARTIN

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, a Mesa desta Casa, meus prezados amigos, Deputados e Deputadas, eu é que agradeço a oportunidade de termos aprofundado ainda mais a discussão desse assunto. Saio daqui muito feliz, porque tenho certeza que teremos em cada um dos senhores e senhoras aqui presentes mais um agente, não de transmissão do vírus, mas um agente de combate a esse vírus. Acho que cada um dos senhores tem um papel fundamental, porque são lideranças políticas, formadores de opinião, e a opinião de cada um dos senhores e de cada uma das Sras. Deputadas é uma opinião respeitadíssima na nossa comunidade. Tenho certeza que os senhores vão nos ajudar muito.

Deputado Antonio Belinati, obrigado também pelas suas palavras, tenho certeza que vocês vão nos ajudar. Deputado Nelson Justus, estamos sempre à disposição, acho que é um assunto, um problema que não se esgota, e provavelmente muitas dúvidas e problemas surgirão pela frente, e a qualquer dúvida, ou através da Comissão de Saúde, presidida pelo Deputado Ney Leprevost, ou através da forma como a Presidência e a Mesa Diretora desta Casa acharem por bem, estamos sempre à disposição. Algumas dúvidas que ficaram nós vamos encaminhar por escrito.

Mais uma vez, Presidente, agradeço a oportunidade do convite que vocês me fizeram de estarmos aqui conversando. Estamos efetivamente à disposição.

Obrigado e um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns e muito obrigado, extensivo à toda sua equipe.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 060/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao PROVOPAR-Ação Social/PR, do imóvel localizado na rua Saldanha Marinho, 161 e rua Cruz Machado, 50, nesta Capital, registrado no Livro 3-G de Transcrição das Transmissões sob nº 25011 da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 061/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Quinta do Sol, dos Lotes nº 08, com área de 576m² e 09 com área de 448m², da Quadra nº 48, com edificação, sob Matrículas nºs 3601 e 3602, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 062/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Altônia, dos Lotes nº 07, da Quadra nº 60, com área de 487,50m², com edificação em madeiras, sob Matrícula nº 1486, do Registro de Imóveis da Comarca de Altônia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 063/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Reserva, do imóvel constituído pelo Lote nº 01, da Quadra nº 03, com área de 577,72m², sem edificação, sob Matrícula nº 5453, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Reserva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 064/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município da Lapa, do imóvel constituído por área com 763,50m², contendo edificação de 242,23m², sobre Transcrição das Transmissões nº 30920, do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 065/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, objetivando alterar o Anexo II da Lei nº 15793, de 03/04/08, que modificou disposições da Lei nº 14678, de 06/04/05. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/nº, subscrito pelos Deputados Dr. Batista - PMN; Marcelo Rangel, Felipe Lucas e Douglas Fabrício - PPS, constante do expediente, informando que a partir do mês de agosto a Liderança do Bloco será exercida

pelo Deputado Douglas Fabrício (PPS). **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 824/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a reforma e a ampliação do posto de saúde do Distrito Aquidaban, do Município de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 825/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a disponibilização de 01 (uma) viatura policial para o Município de Virmond. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 826/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a recuperação da rodovia PR-280, desde o Trevo do Horizonte até a Cidade de Clevelândia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 827/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, a aquisição de 01 (uma) nova ambulância para o Município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3641, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente, solicitando designação de missão oficial para representar a Assembleia Legislativa, nos dias 27 e 28/08/09, no 1º Encontro dos Educadores do Legislativo - Temática: Simulações Parlamentares, no auditório do Centro de formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR, da Câmara dos Deputados, em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3740, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, solicitando autorização para comparecer à 1ª Reunião de Diretoria de Gestão 2009/2010, promovida pela União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se em Brasília, prevista para 09 e 10 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3764, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05 do mês corrente, devido a compromissos inerentes à condição de Presidente da Comissão de Saúde, para tratar de assuntos relacionados à gripe A H1N1. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3789, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando designação de missão oficial para representar a Assem-

bleia Legislativa, nos dias 10 e 11 de agosto de 2009, nas atividades de internacionalização do aeroporto de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3817, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, comunicando a ausência do Deputado Elton Welter, na Sessão do dia 10 de agosto do corrente ano, em razão de tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 084/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que altera a denominação do Colégio Estadual Jardim Nova Itália - Ensino Fundamental e Médio para Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz - Ensino Fundamental e Médio. **(Publ. no DA nº 017/09, de 11/03/09, em Projetos de Lei).**

A pedido do Deputado Jocelito Canto, solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Nishimori**)
(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 292/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana Estadual de Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser celebrada, anualmente, com início no dia 03 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. **Aprovada. (Publ. no DA nº 062/09, de 10/06/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere o parágrafo terceiro no artigo 1º da Lei Estadual nº 11182, de 23/10/95 (pagamento de meio ingresso aos estudantes...) **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCDC.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3801, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Rejeitado.**

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar pela mão retirada desse projeto, item 03 da pauta. É um projeto extremamente importante e, na verdade, bastante simples. Ele apenas vem legalizar uma situação que estava em aberto no Estado do Paraná.

É sobre a questão do meio ingresso, a lei estadual já estabelece o meio ingresso para os estudantes. O que estamos apenas incluindo aqui e que o estudante da escola de educação especial, ao apresentar a carteirinha dessa escola ou um comprovante da sua matrícula, também tenha esse direito ao meio ingresso, assim como têm os demais estudantes. Só que ele não precisaria ir até a UPE para requerer o meio ingresso. O estudante especial apresentaria a carteira da própria escola e pagaria o meio ingresso em eventos de lazer, culturais, shows, etc.

Peço a compreensão do Deputado Scanavaca e o apoio dos Parlamentares, para que seja votado hoje esse projeto em prol das pessoas portadoras de deficiência do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Fernando Scanavaca.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT)

Só para encaminhar, Sr. Presidente, para melhorar esse projeto. Não fomos contrários à emenda do Deputado Ney, mas a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo deveria ser ouvida. Sei que não foi passado na comissão. Sei que esse projeto pode ser melhorado e muito, principalmente para aqueles promotores de eventos no interior do Estado.

Acho que merece um estudo melhor, aproveitando esse projeto do Deputado Ney Leprevost, fosse para a comissão. Por isso desse adiamento da votação de hoje. Não somos contrários, em hipótese nenhuma, à emenda do Deputado Ney Leprevost.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esse projeto passou pela CCJ, pela Comissão de Direitos humanos, pela Comissão de Defesa do Consumidor, portanto foi um projeto discutido. Seria muito mais fácil talvez se fosse apresentada alguma emenda.

Para encaminhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar o requerimento, porque a proposta do Deputado Fernando Scanavaca pode ser razoável. No mérito, ele mesmo já analisou o projeto, não há como oferecer a emenda, porque já estamos discutindo o mérito da emenda, ou seja, concede ou não o benefício aos estudantes, alunos especiais das escolas, sem o necessário fornecimento da validação pela UPE.

É uma forma de promover a inclusão social. O projeto é interessante.

O projeto pode e deve ser votado, porque ele deve ir à sanção do Governador, porque vai produzir efeitos positivos, inclusive na própria economia.

É justamente, Sr. Presidente, no sentido de rejeitar o requerimento que estou encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente!

Vai se proceder à votação, encerrada a discussão do requerimento do Deputado Fernando Scanavaca.

Iremos utilizar o painel para que o requerimento seja votado.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Fernando Scanavaca, solicitando a retirada por cinco Sessões, votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários ao requerimento do Deputado Fernando Scanavaca, votam com a expressão NÃO.

Vinte e nove Srs. Deputados: 23 Deputados votaram SIM; 24 Deputados votaram NÃO.

Esta rejeitado o requerimento.

Está em votação o projeto. Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Cáritas Arquidiocesana de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários, (APMF) da Escola Estadual Indígena Vera Tupã, da Cidade de Chopinzinho/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1051/08, que acresce parágrafo único e altera o artigo 36 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 001/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de iniciativa do Tribunal de Justiça, objetiva alterar o Código de Organização e

Divisão Judiciária-CODJ, disciplinando a designação de Juízes de Direito de primeiro grau de jurisdição para proferirem sentença ou responderem por matéria da competência de outros juízos.

Fundamentação

Inicialmente, acerca da organização do Poder Judiciário, cumpre destacar a competência privativa dos Tribunais estabelecidos pela Constituição Federal em seu artigo 96, I, b:

Art. 96. Compete privativamente:

I - Aos tribunais: (...)

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os juízos que lhes forem vinculados, velando pela exercício da atividade correicional respectiva.

Ainda, atribui à Constituição Estadual, em seu artigo 125, a tarefa de definir a competência dos Tribunais:

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observadas os princípios estabelecidos nesta Constituição.

I - A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

A Constituição Estadual, por sua vez, atribuiu em seu artigo 101, I, d, a competência privativa do Tribunal de Justiça a para iniciar o processo legislativo no que tange a alteração da organização e da divisão judiciária:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal: (...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Nesse sentido, extrai-se dos dispositivos mencionados a legitimidade do proponente em iniciar o processo legislativo de matéria afeta à organização judiciária.

Outrossim, há que se considerar a independência dos Poderes, estabelecida pela Constituição Federal, que garante a autonomia orgânico-administrativo entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, motivo pelo qual é completamente cabível ao Judiciário encaminhar a esta Corte, projeto de lei que disciplina a designação de Juízes de Direito de primeiro grau, isto é, tratar da sua organização interna.

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto de lei se mostra adequado ao disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Por fim, no que tange à Constitucionalidade o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

Conclusão

Face ao exposto a manifestação é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 280/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública o Lar dos Idosos Santa Rita de Cássia, com sede e foro no Município e Comarca de Barbosa Ferraz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 060/09, de 08/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 280/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar dos Idosos Santa Rita de Cássia, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 350/09, de autoria do Deputado Milton Pupio, que declara de utilidade pública a AMIM - Associação da Melhor Idade de Mandaguari, com sede e foro no Município de Mandaguari. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 076/09, de 07/07/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 350/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Milton Pupio, tem por objetivo declarar de utilidade pública a AMIM - Associação da Melhor Idade de Mandaguari, com sede e foro no Município de Mandaguari.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada

pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento n° 3737, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3597, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 3765 a 3788, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3626, de autoria do Deputado Mário Roque, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 3754, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Péricles de Mello, constante do expediente.

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar favoravelmente e pedir a V. Exa., como Presidente desta Casa, que possa falar com o Presidente do Tribunal de Contas, para que tenhamos efetividade deste requerimento, que beneficia todos os professores que passarem em concursos públicos e que foram enquadrados ou reenquadrados por conta da certificação que obtiveram cursando o ensino à distância, IESDE, VIZIVALI. É um caso extremamente complexo. Nós já derrubamos o vato. V. Exa. primulgou

a lei. A lei está em vigor. E ao mesmo tempo houve Ação Direta de Inconstitucionalidade, que não foi, ainda, recepcionada pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, penso que é necessário, até que tenhamos uma solução do tema, que o Tribunal de Contas não pressione as Prefeituras Municipais no sentido de permitir ou não mudar a situação jurídica dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos falar com o Presidente Hermas Brandão, ainda amanhã. Assumo este compromisso de conversar com o Conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas, ainda amanhã.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Só para parabenizar o Líder do Governo pelas suas palavras. Parabéns. Realmente, merecido o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento dos Deputados Reni pereira e Péricles de Mello. **Aprovado.**

Requerimento n°3642, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3700, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 3761, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, V. Exa. está solicitando o desarquivamento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 3802, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3762, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À

Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento n° 3808, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3763, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3658, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento n° 3799, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3790, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3793 e 3794, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3800, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3805, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3809 a 3811, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3813, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3814 e 3815, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei n° 357/08 e do Projeto de Resolução n° 015/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 001, 056, 280 e 350/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 348 e 353/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 10/08/09

Maracujás mais doces em Corumbataí do Sul

Jornal Folha de Londrina

Após um período de frequentes chuvas de granizo, seguido por outro de fortes geadas, há cerca de 10 anos, a Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul (APROCOR) abandonou o cultivo de café, até então fonte de renda à inúmeras famílias. Naquele momento, a produção de maracujá já considerada a alternativa mais vantajosa. No entanto, foi a partir do ano passado que a atividade ganhou impulso. Um dos 451 projetos do Programa Universidade Sem Fronteiras, da Secretaria de Estado da Ciência, tecnologia e Ensino Superior (SETI), firmou parceria com APROCOR para prestar assistência técnica aos produtores e disseminar a cultura orgânica.

O projeto “Associativismo como alternativa do desenvolvimento da dinâmica das economias contemporâneas”, coordenado pelo professor João Carlos Leoneilo, da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), tem como objetivo auxiliar os produtores e fortalecer o associativismo. Entre as necessidades, foi identificado que os produtores precisavam de assistência técnica e de noções administrativas, como a eliminação dos trâmites burocráticas. O projeto implantado já beneficiou diretamente os produtores, com a introdução de melhores práticas de cultivo e redução de mais de 50% no uso de agrotóxicos.

O presidente da APROCOR, Gerson Rodrigues, ressalta que a diferença entre os engenheiros agrônomos extensionistas e os que anteriormente visitavam as propriedades e o posicionamento em relação ao uso de agrotóxicos. “A universidade abriu as portas e conhecemos a cultura orgânica, que é uma mudança de hábito pois os produtores e suas famílias ganham qualidade de vida. Isso é desenvolvimento sustentável”, comenta. Atualmente o projeto assessora 40 famílias de oito Municípios. Todos os meses é realizada reunião técnica com os produtores. Depois, é feito trabalho no campo, onde é ensinado o plantio a pode e a produção da cultura durante o ano.

Os produtores também podem tirar dúvidas conosco durante a entrega do maracujá, porque às vezes o problema não pode esperar até a reunião mensal, afirma Maria Helena Cruz, engenheira agrônoma bolsista do projeto. Também é realizado controle biológico com

iscas, caldas bordalesas, adubos foliares, para prevenção de doenças do solo. Segundo o Presidente da APROCOR a recomendação é usar agrotóxicos apenas em último caso, o que torna a produção mais barata e com maior qualidade.

Produtor rural há 16 anos. Olavo Aparecido Luciano relata que o projeto trouxe mais tecnologia e a orientação dos engenheiros agrônomos facilitou o processo de produção. Com a parte técnica mais presente no campo, teve um aumento na produção e nós aprendemos a usar menos agrotóxicos afirma. O projeto ainda conta com apoio de contadores.

Hoje Corumbataí do Sul é o maior produtor de maracujá do Estado. Em 2007, os produtores do Município tiveram seu produtos classificado em uma pesquisa realizada pela Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) como o maracujá que possui a melhor coloração, tamanho e melhor briks (medição do teor de açúcar do fruto).

Cooperativa cuida da produção de polpa da fruta

Além de melhorias nas técnicas de cultivo, o projeto do Programa Universidade Sem Fronteiras com a APROCOR resultou na criação de uma cooperativa para produção de polpa de frutas. O objetivo é diversificar a produção local e aumentar a renda do produtor. O projeto para desenvolvimento de tecnologia também foi inscrito no edital da Universidade Sem Fronteiras, dentro do subprograma Extensão Tecnológica Empresarial. “Quando há uma diversificação na propriedade, amplia a renda do produtor e da família, e este dinheiro é gasto no próprio Município”, ressalta a coordenador João Carlos Leonello.

A iniciativa surgiu dos próprios associados, que perceberam que ao vender a fruta *in natura* agrega-se pouco ao produto. Em contrapartida, os produtores identificaram que existia mercado para a polpa. Além do maracujá, outras culturas que já estão sendo empregadas na produção de polpa, como o abacaxi, caqui, figo, uva rústica (uva para produção de suco), acerola, manga, entre outros. Um dos assessores do projeto, o engenheiro químico Heron Lima, afirma que o objetivo do projeto é a implantação de agroindústria de polpa de frutas no Município.

A proposta ainda é dar sustentabilidade à associação em termos de gesto e oportunidades de mercado e, em um segundo momento, orientar os produtores quanto ao aproveitamento de subprodutos para obtenção de produtos de maior valor. “A semente do maracujá pode ser explorada na produção de óleos essenciais para a indústria de cosméticos. É uma forma de aproveitar cada vez mais o produto, aumentar a renda do produtor e diminuir os danos ao meio ambiente. Isso nos abre um leque de oportunidades”, ressalta Lima. (Reportagem Local)

